

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

SÔNIA MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA COSTA

**DESAFIOS E BARREIRAS DO NÚCLEO DE BIBLIOTECAS DA UFMA NO
PROCESSO DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE**



São Luís

2019

SÔNIA MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA COSTA

**DESAFIOS E BARREIRAS DO NÚCLEO DE BIBLIOTECAS DA UFMA NO
PROCESSO DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE**

São Luís

2019

SÔNIA MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA COSTA

**DESAFIOS E BARREIRAS DO NÚCLEO DE BIBLIOTECAS DA UFMA NO
PROCESSO DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE**

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito à obtenção de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Glória Serra
Pinto Alencar

São Luís

2019

SÔNIA MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA COSTA

**DESAFIOS E BARREIRAS DO NÚCLEO DE BIBLIOTECAS DA UFMA NO
PROCESSO DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE**

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra. Maria da Glória Serra Pinto de Alencar

Universidade Federal do Maranhão

(Orientadora)

Profª. Dra. Cenidalva Miranda de Sousa Teixeira

Universidade Federal do Maranhão

Profª. Dra. Isabel Cristina dos Santos Diniz

Universidade Federal do Maranhão

Aos alunos e professores que contribuem para que esse processo de inclusão se concretize a fim de melhorar a qualidade de vida dessas pessoas com deficiência.

AGRADECIMENTOS

Incondicionalmente a Deus, o autor da vida, por tudo que Ele proporcionou na minha existência e por continuar dando perspectiva de um futuro melhor alicerçado no esforço de cada dia, na fé, na esperança e no amor.

À Universidade Federal do Maranhão e todo seu corpo docente do curso de Biblioteconomia que muito contribuíram dando-me formação de qualidade para que alcançasse esse resultado.

À Profa. Dra. Cenidalva Miranda de Sousa Teixeira e Profa. Dra. Isabel Cristina dos Santos Diniz que me deram a possibilidade de dar o melhor para que esse trabalho fosse realizado com sucesso.

Em particular, à minha orientadora Profa. Dra. Maria Glória Alencar que com sua colaboração me deu suporte para as linhas gerais que facilitaram esta pesquisa.

Aos meus familiares que tanto me deram apoio e nunca deixaram de acreditar em mim, nas minhas capacidades e potencialidades.

Aos meus colegas, que iluminaram as minhas ideias e ideais, dando-me estímulos para prosseguir na minha opção de vida.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para que chegasse ao final dessa etapa.

“O amor é algo que jorra das mãos de Deus e banha a nossa alma, quando conseguimos reunir a verdade, o bem e o belo em nossas vidas.”

MOKITI OKADA

RESUMO

Este estudo tem como principal foco a pessoa com deficiência no espaço universitário, enfatizando os aspectos históricos, políticos e educacionais dentro de um contexto de exclusão e das perspectivas atuais de inclusão. Objetiva investigar as políticas educacionais de acessibilidade e inclusão e os mecanismos utilizados para se adequar às exigências legais e normativas. Apresenta um novo paradigma no modo de viver e lidar com a pessoa com deficiência, levantando questões sobre a maneira preconceituosa da condição humana na área da educação e informação, partindo do ambiente social e político. O estudo se baseia em pesquisa de campo, biográfica e documental, e os sujeitos da pesquisa se constitui nos seguintes: diretora do Núcleo de Bibliotecas, diretora do Núcleo de Acessibilidade, bibliotecárias e alunos com deficiência da Universidade Federal do Maranhão localizada em São Luís. Foi utilizada uma metodologia de coleta de dados. Os resultados obtidos, baseados nas entrevistas semiestruturada com as diretoras e aplicação de questionários aos alunos com deficiência, indicam que para o acesso à informação é fundamental a boa disposição dos gestores e bibliotecários; não basta a garantia da normativa legal, depende da postura destes profissionais, das estratégias utilizadas, apoios técnicos especializados e das tecnologias assistivas que vão auxiliar na apropriação do conhecimento.

Palavras-chave: Biblioteca Universitária. Inclusão. Acessibilidade. Políticas públicas.

ABSTRAT

This study focuses on people with disabilities in the university space, emphasizing the historical, political and educational aspects within a context of exclusion and current perspectives of inclusion. It aims to investigate the educational policies of accessibility and inclusion and the mechanisms used to adapt to legal and normative requirements. It presents a new paradigm in the way of living and dealing with people with disabilities, raising questions about the prejudiced way of the human condition in the area of education and information, starting from the social and political environment. The study is based on field research, biographical and documentary, and the research subjects are the following: director of the Library Center, director of the Accessibility Center, librarians and students with disabilities at the Federal University of Maranhão located in São Luís. A data collection methodology was used. The results obtained, based on semi-structured interviews with the principals and the application of questionnaires to students with disabilities, indicate that the good disposition of managers and librarians is essential for access to information; The guarantee of legal rules is not enough, it depends on the attitude of these professionals, the strategies used, specialized technical support and assistive technologies that will help in the appropriation of knowledge.

Keywords: University Library. Inclusion. Accessibility. Public policy.

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACRL	Association of College and Research Libraries
BC	Biblioteca Central
BS	Biblioteca Setorial
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
CONSUN	Conselho Universitário
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituto de Ensino Superior
IFLA	International Federation of Library Associations
INCLUIR	Programa de Acessibilidade na Educação Superior
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LDBEN	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NIB	Núcleo Integrado de Bibliotecas
NUACES	Núcleo de Acessibilidade
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNE	Plano Nacional de Educação
PROLIND	Programa de Apoio a Formação Superior
PROUNI	Programa Universidade para todos
PcD	Pessoa com deficiência
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNIAFRO	Programa de Igualdade Racial

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 -	Censo Demográfico 2010 – IBGE	29
Quadro 1 -	Categorias das doenças que comprometem a função física.....	30
Quadro 2 -	Leis e Decretos Federais de apoio às políticas públicas	34
Figura 1 -	Modelo Padrão ideal de acessibilidade na universidade	41
Figura 2 -	Máquina Perkins Braille	45
Figura 3 -	Reglete	45
Quadro 3 -	Categorias das Tecnologias Assistivas	45
Tabela 1 -	Alunos assistidos pelo Núcleo de Acessibilidade	49
Foto 1 -	Impressora Braille	53
Foto 2 -	Computador com serviço Ledor	53

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	PESSOA COM DEFICIÊNCIA: História, Política e Educação	18
2.1	O direito fundamental à educação inclusiva no sistema de ensino regular	25
2.2	Tipos de Deficiência	28
3	POLÍTICAS DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR	34
3.1	Acessibilidade das bibliotecas	38
3.2	Competências do bibliotecário para inclusão informacional	42
3.3	O acervo como apoio informacional inclusivo	43
4	PERCURSO METODOLÓGICO	47
4.1	Caracterização da Pesquisa	47
4.2	Universo da Pesquisa	48
4.3	Etapas da pesquisa	50
4.4	Coletas de dados	51
5	ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO NIB/UFMA: resultados da pesquisa e discussão da realidade	52
5.1	Perspectiva do núcleo de acessibilidade	52
5.2	Perspectiva do gestor do NIB/UFMA	55
5.3	Perspectiva dos alunos com deficiência	59
6	CONCLUSÃO	64
	REFERÊNCIAS	66
	APENDICÊS	72
	ANEXO	78

1 INTRODUÇÃO

O ponto de partida desta pesquisa é fazer uma abordagem histórica, política e educacional da inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência (PcD) dentro de um contexto mundial, brasileiro e maranhense, especificando a política de inclusão e acessibilidade numa área bem mais restrita, que é o espaço universitário.

Trata-se de um assunto de grande relevância que cada vez mais vem ganhando espaço na educação regular, mas que deixa muito a desejar dentro de um universo de possibilidades. Para entender o processo de inclusão das PcD, fez-se necessário conhecer alguns aspectos da história de toda trajetória percorrida pela educação especial desde a criação dos primeiros institutos até os dias de hoje.

Nestes últimos anos tem-se observado na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) o ingresso de muitos alunos com deficiência física, visual, auditiva, baixa visão, intelectual, autismo (Téa) etc. De acordo com as informações do Núcleo de Acessibilidade (NUACES), foram registrados 392 alunos nestes últimos semestres e esse número é progressivo depois que a universidade aderiu em 2010 ao Programa de Educação Inclusiva prevista na Lei Federal Nº 7853/89¹, que determinou a matrícula das PcD no sistema educacional, inclusive as pessoas com deficiências múltiplas.

Por muito tempo na história essas pessoas eram discriminadas pela sociedade, colocadas à margem, e até segregadas em escolas exclusivas para elas. O próprio conceito de deficiência era visto no passado como castigo divino, algo diabólico, de forma que havia rejeição e preconceitos, perpetuados ao longo do tempo. Não se tinha notícia de programas de atendimento a essas pessoas a não ser de locais que ofereciam abrigos. (BRASIL, 2000b, p.22)

Com o desenvolvimento dos estudos filosóficos e a influência do positivismo (COMTE, 1798)², em que se buscou uma lógica racional para explicar os fatos, essa questão em torno da deficiência passou a ser tratada como doença superando as explicações religiosas. A medicina passou a ser uma alternativa de intervenção, onde as pessoas com deficiência deveriam buscar tratamento (BISOL, PEGORINI, VALENTINI, 2017, p. 93).

Porém, segundo Bampi; Guilhem, Alves, (2010, p.2) a deficiência é observada ainda hoje como uma falta de sorte, e sob o ponto vista social e político é considerada apenas uma minoria. O modelo social da deficiência estruturou-se como oposição ao modelo médico que

¹ CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Lei Nº7853/89 de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social.

² COMTE, Auguste – (1798-1857) filósofo francês, fundador da Sociologia e do Positivismo.

“reconhece na lesão, na doença ou limitação física a causa primeira da desigualdade social [...]” Enquanto no modelo social a causa está nas estruturas sociais.

Em 1981, o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, apoiado pela Organização das Nações Unidas (ONU)³ se defendeu “a igualdade de oportunidade para todos”, e bem mais tarde ela foi preconizada pela Constituição Brasileira (CF/88) em seu artigo 208, inciso III que diz que é necessário “o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino”.

Muitas discussões foram feitas em grandes eventos, como aquele que ocorreu em âmbito internacional em Salamanca, na Espanha (1994), numa Conferência apoiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)⁴, que resultou na famosa “Declaração de Salamanca” em que se destacou que para “as pessoas com deficiência se devem oferecer iguais oportunidades,” para que elas se integrem dentro do meio social em que vivem.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN)⁵ N° 9.394/96, no seu artigo 58, diz que a educação especial no ensino regular é direito fundamental para os alunos com deficiências e se dá mediante uma série de medidas do poder público.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) Lei 13.146/2015, com o nome de Estatuto da pessoa com deficiência, tem como base a convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência. Esta Lei traz soluções práticas para todas as políticas públicas. No seu art. 28, inciso I, contempla assegurar a oferta de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidade de ensino ao longo de toda vida.

Para analisar essa temática optou-se por uma biblioteca pública universitária (UFMA) a fim de verificar o que vem sendo implementado de política nas bibliotecas para melhorar a acessibilidade do usuário com deficiência seja ele cadeirante, com baixa visão, com problemas de audição ou surdez. Enfim, com múltiplas deficiências.

A LBI, no seu art.68, declara que “o poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, [...], com vista a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à

³ (ONU)- é uma organização intergovernamental criada para promover a cooperação internacional. Tem sede em Nova Iorque. Fundada em 1945.

⁴ (UNESCO)- é uma agência especializada das nações unidas (ONU)com sede em Paris, fundada em 4 de novembro de 1946 com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, ciências naturais, ciências sociais/humanas e comunicação/informação.

⁵ LDBEN -Lei 9394/96. É a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil (da educação básica ao ensino superior).

leitura, à informação e à comunicação”. Dessa forma, a instituição deve pautar a acessibilidade no que concerne às bibliotecas, a partir da adaptação arquitetônica, da aquisição de equipamentos específicos e dos profissionais qualificados para atender estes usuários.

O parágrafo primeiro do art.68 da LBI declara que “nos editais de compras de livros, inclusive para o abastecimento ou atualização de acervos de bibliotecas, [...], o poder público deverá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofertam sua produção em formatos acessíveis.” (LBI, 2015, art.68)

Por isso, pretende-se evidenciar nesta pesquisa como a gestão da UFMA está empreendendo ações em suas bibliotecas para melhorar a qualidade de serviço e apoio aos alunos com deficiência que necessitam estudar para crescer dentro de uma sociedade que deveria ser 100% inclusiva.

É importante salientar a necessidade de implementação de políticas públicas de inclusão e acessibilidade no que se refere às bibliotecas, pois são estas que dão suporte ao ensino, à pesquisa e extensão, para que todos os alunos com deficiência tenham acesso à informação, e possam alcançar seus objetivos. Conforme Ferreira (2006, p.12):

[...] as políticas públicas não devem compreender apenas promoção de eventos e sim criação de planos, programas e mecanismos para que o direito à cultura, o acesso à informação e a democratização do ensino alcancem as camadas menos favorecidas do Estado.

Diante de um aumento de alunos com deficiência que ingressam na universidade, sobretudo nestes últimos anos, registrados pelo Núcleo de Acessibilidade, o que de fato a UFMA vem fazendo ou tem feito pela acessibilidade? Existem adaptações arquitetônicas conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT-NBR 9050/15) ao interno e externo da biblioteca central e seus núcleos setoriais que favoreçam o acesso a todos com deficiência?

Este estudo tem como objetivo geral investigar as políticas educacionais de apoio à inclusão e à acessibilidade de alunos com deficiência no âmbito das bibliotecas da UFMA no município de São Luís/Ma; e tem como objetivos específicos:

- 1) Identificar as políticas públicas voltadas à prática da educação inclusiva na UFMA;
- 2) Verificar a política de acessibilidade voltada para as bibliotecas;
- 3) Identificar as ações dos profissionais para aplicar na biblioteca a política de inclusão e acessibilidade;
- 4) Evidenciar a satisfação dos alunos com deficiência com a política implantada.

Esta pesquisa originou-se a partir de encontros pelos corredores com um cadeirante, aluno de administração da UFMA. Este falava com dificuldade que não conseguia acompanhar sua turma porque sentia necessidade de mais tempo para absorver o conhecimento e muitos professores ignoravam isso, além dos colegas que não o queriam nas equipes porque percebiam que era lento em se comunicar e responder as atividades em tempo hábil. O mesmo utilizava o seu *notebook* para se comunicar e realizar suas tarefas, pois era um paraplégico, andava de cadeira de rodas, não tinha total autonomia nas mãos, conseguia mal trabalhar no seu teclado com alguns dedos. Além disso, falava devagar e com dificuldade, mas era consciente de suas limitações e capaz de assimilar as aulas e estudar ainda que lentamente.

Constatou-se que a inclusão social é uma das metas da UFMA, pois esta se preocupa com as questões sociais promovendo uma educação de inclusão na perspectiva de atender às necessidades culturais dos jovens e daqueles com deficiência. Percebe-se, porém, que os direitos desses alunos com deficiência não estão totalmente garantidos como de fato consta na Lei de Acessibilidade, Nº 10.098/00⁶ que promove acessibilidade não só para mobilidade urbana, mas também no que concerne à comunicação, à informação e ao conhecimento.

Nesse caso, a biblioteca assume papel fundamental no desenvolvimento de atividades que despertem o interesse para a leitura, com melhoria na qualidade do aprendizado e do desenvolvimento intelectual, respeitando a individualidade de cada um, no que concerne à deficiência, colaborando assim para sua inclusão social.

Tem-se presenciado nas instituições do setor público a falta de preparo para acolher alunos com deficiência. Grande parte das instituições públicas não possui profissionais qualificados para trabalhar com este público. Por isso, a LDBEN, art.4, inciso VII, determinou que as instituições devem se adequar para receber os alunos com deficiência sem qualquer questionamento com relação à idade ou tipo de deficiência.

A finalidade da formação superior é igual, em essência, para todos. Entretanto, pode se mostrar necessário que se elaborem estratégias para uma determinada pessoa, em função de sua condição física e na medida em que esta continue limitada de sua capacidade. Por isso, seria importante pensar em meios que possam garantir uma formação de modo adequado aos padrões normais. Pois, sendo um direito a formação do aluno, a instituição se tornará um lugar de troca, de interação, de convivência humana solidária, promovendo também uma prática de ensino-aprendizagem que respeite as diferenças.

⁶ Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2000a)

Dessa maneira, as bibliotecas, dentro do âmbito da educação, desempenham um papel de suma importância, na medida em que preparam os estudantes a utilizá-las como espaço de informação e formação permanente, estimulando-os a criatividade e a comunicação e servindo também de apoio aos docentes em sua capacitação.

Contudo, pode-se afirmar que promover a inclusão não significa, apenas, permitir que o aluno com deficiência adentre em uma Universidade e em uma biblioteca, mas, principalmente, garantir que lhe sejam dadas condições de aprendizagem, desenvolvimento social, cognitivo e afetivo, por ele ser sujeito de direitos (CURY, 1999, p.32).

É importante ressaltar que para que uma universidade se torne verdadeiramente inclusiva, é preciso que seus docentes sejam motivados, envolvidos com o novo paradigma da inclusão e, sobretudo, capacitados para dar conta de atender às diversidades, às necessidades de seus alunos com deficiência, para que eles não fracassem na formação.

E isso vale também para os bibliotecários, sobretudo os que se encontram no balcão de referência, para que eles sejam da mesma forma animados por este entusiasmo, para atender com eficiência e eficácia seus usuários. É, também, imprescindível que cada aluno com deficiência, com suas peculiaridades, diferenças e diversidades singulares, receba a atenção, os cuidados e o acompanhamento necessário para que possa desenvolver suas potencialidades e capacidades.

Uma universidade que queira se constituir como modelo de educação inclusiva tem de se comprometer, segundo Poker, (2003, p.29) com: a melhoria da qualidade de ensino; a integridade das relações interpessoais; a oferta de adequadas condições de aprendizagem para todos os alunos; o reconhecimento de que as limitações e diferenças dos alunos com deficiências devem ser tratadas como um desafio para a constituição de uma prática pedagógica competente e comprometida.

Portanto, vale questionar os setores administrativos sobre: Quais providências a UFMA está tomando nas bibliotecas em favor dos alunos com deficiência, no que concerne à acessibilidade arquitetônica, metodológica, instrumental, atitudinal, comunicacional e pragmática para atender a esses alunos que já sofrem por conta de suas limitações e o que é pior: os preconceitos que os fazem a margem de seja qual for oportunidade.

As abordagens em foco são de natureza bibliográfica, documental e pesquisa de campo. As atividades da pesquisa se deram através da técnica de levantamento de dados coerentes aos seus objetivos. Os procedimentos técnicos foram organizados em etapas, gerenciados ao longo de um período da seguinte forma: a pesquisa de campo foi feita através de entrevistas semiestruturadas destinadas à comunidade universitária, ou seja, a diretora do

Núcleo de Acessibilidade (Apêndice A); do Núcleo das Bibliotecas (Apêndice B); das bibliotecárias da Biblioteca Central e seus núcleos setoriais (Apêndice C) e aplicação de questionários aos alunos com deficiências (Apêndice D). Analisou-se a participação sociopolítica dos profissionais da informação, investigando as práticas afetivas de acolhimento relativas à pessoa com deficiência; descrevendo a acessibilidade dentro do aspecto físico de locomoção e o aspecto jurídico da cidadania, a relação da pessoa com deficiência e a biblioteca. Para tanto foram consultados vários autores que desenvolveram estudos sobre a mesma temática: POKER (2001); CURRY (1999); FERREIRA (2006); DINIZ (2017); MANTOAN (1998), dentre outros; e algumas legislações que versam sobre o tema da inclusão e acessibilidade.

O trabalho está dividido da seguinte forma: além desta introdução, na segunda seção serão abordados os aspectos históricos, político e educacional das pessoas com deficiência. Pretende-se neste enfoque tecer considerações sobre o direito fundamental à educação especial, sem perder de vista a abordagem das providências que devem ser tomadas pelos poderes públicos competentes. Conceituam-se os tipos de deficiência: físicas de origem neuromotoras, visuais e auditivas e as especificidades dos estudantes com deficiência múltipla, focalizando especialmente aquilo que possa interferir no processo de ensino-aprendizagem.

A terceira seção discorre sobre as políticas de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, aborda alguns conceitos sobre as políticas públicas de apoio para o ingresso e permanência na universidade e evidencia as Leis que garantem o direito de matricular-se. Aqui também se contextualiza o processo de inclusão e acessibilidade com foco nas bibliotecas. A quem compete o serviço de informação e comunicação? Quais competências? Quais técnicas? Quais materiais especializados? Que modelo arquitetônico é utilizado?

Na quarta seção o enfoque é voltado para a questão da Acessibilidade e Inclusão no NIB/UFMA. Trata-se do percurso metodológico: caracterização dos setores envolvidos, o universo da pesquisa, as etapas e a coleta de dados, onde constam as entrevistas e o questionário.

Na quinta seção são desenvolvidos os resultados da pesquisa envolvendo uma análise sobre a realidade. Quais perspectivas dos gestores? Quais as perspectivas dos profissionais envolvidos? Quais as perspectivas dos alunos com deficiência?

Na sexta seção consta a conclusão do estudo que se baseia nos resultados obtidos. No texto encontram-se ilustrações (gráficos, tabela, fotografias, quadros e figuras) que tiveram seu conteúdo descrito conforme pesquisa inserida em apêndices.

2 PESSOA COM DEFICIÊNCIA: História, Política e Educação.

Os fatos históricos demonstram que muitos eventos ao longo do tempo, tanto os realizados por ações de instituições quanto os por pessoas, contribuíram de maneira particular para a evolução na área das deficiências. O conceito de deficiência se desenvolveu através das diversas culturas, que com o desenrolar dos tempos foram dando a este, um significado diferente. Sobre este aspecto esse estudo se prenderá aos subsídios do Ministério da Educação (BRASIL, 2000b) que identifica as raízes históricas das deficiências de maneira singular.

Para entender a evolução histórica do conceito de deficiência, têm-se como respaldo alguns autores que registraram esses momentos cruciais, tais como: Patton e Beirne (1985, apud BRASIL, 2000b, p.22).

Em épocas mais remotas, até os anos 1700, a sociedade tinha uma visão bem diferenciada a respeito das pessoas com deficiência, especialmente aquelas com problemas mentais. Eram concebidas como demônios, ou detentoras de dons, ou ainda pessoas com poderes, ou que tinham revelações divinas. Desse modo eram rejeitadas, ou vistas com admiração, dependendo da situação. Com o renascimento havia uma concepção mais de caráter natural e até mesmo “científico”. A classe social elitizada tinha uma visão mais filosófica, mais humanística em relação a essas pessoas. No entanto, antes de 1700 não se tinha notícia de serviços de atendimento, a não ser de abrigos que os mosteiros ofereciam para ampará-las.

No período de 1700-1860 ainda predominou o humanismo e o renascimento em que as pessoas com deficiências eram vistas como seres humanos com direito de se desenvolver e ter uma vida de qualidade. Foi a época em que surgiu a defesa da igualdade de direitos e liberdade para todos viverem com dignidade. (BRASIL,2000b, p.23)

Locke e Rousseau,⁷ contribuíram para mudanças de paradigmas nas concepções pedagógicas, onde predominava a visão de deficiência mental. Foi o período em que foi possível reconhecer o nascimento da educação especial na Europa, no início dos anos 1800. Muito se deve ao médico Jean Marc Itard (1774-1838) que, interessado por pessoas com deficiência, persistiu em usar a estimulação sensorial como forma de desenvolvimento. Trabalhou na educação de surdos, mas o trabalho mais importante foi com a deficiência mental. Nesta época, a deficiência era tida como um problema médico e a pedagogia ignorava

⁷ LOCKE,(1632-1704) filósofo inglês representante do empirismo. Para o filósofo a experiência é a fonte do saber, ou seja, todas as ideias, conhecimentos e até mesmo o uso da razão são construídos sobre os dados sensoriais. Influenciou na visão dominante do deficiente mental. ROSSEAU, (1712-1778), filósofo social, teórico político e escritor suíço. Suas ideias foram de interesse para a educação especial.

esses assuntos. Por isso, se o problema era médico, era necessário tratamento. (BRASIL, 2000b, p.24).

Desta maneira, a única solução para as deficiências eram os hospícios, isolados da sociedade, aos cuidados do médico. Porém, essas instituições representavam exclusão social, seja do ambiente educativo, seja do familiar, tornando a vida dessas pessoas insuportável, visto que estavam banidos da sociedade e dos benefícios que dela poderiam desfrutar para o seu crescimento. O empenho do médico Itard inspirou muitos pesquisadores a contribuir, de forma significativa, para atender com mais atenção as pessoas com deficiência. Passou-se a tomar consciência que o deficiente poderia ser tratado e reintegrado na comunidade como ser humano com potencial.

No período de 1860-1890 houve um retrocesso, no que diz respeito à integração da pessoa na sociedade, devido aos insucessos com pessoas que eram afetadas por problemas mais severos. Pois, os esforços não foram suficientes para colocá-las em pé de igualdade, ou seja, capacitá-las para integrá-las na comunidade de pertença. (BRASIL, 2000b, p.26).

Por isso, as chances de integração diminuíram e as instituições aumentaram, acentuando a distância entre as pessoas com deficiências e os outros, ditos “normais”, da sociedade. Consideradas até como perigosas à comunidade, resultaram assim segregadas, pois era uma forma de controlá-las.

O período 1890-1925 foi ainda marcado pelo retrocesso, pela ideia de incurabilidade das deficiências, pois ocorreu então o controle de natalidade. Esse controle deveria ser feito através da seleção geracional e racial. Segundo o Movimento Eugênico⁸ a sociedade deveria controlar o número de pessoas “fracas de espírito”, forma como eram conhecidos os deficientes mentais. (BRASIL, 2000b, p.27)

Dessa forma, no início do Séc.XX foram estabelecidas leis em vários países para a esterilização de pessoas com deficiências. Também foram aplicados testes de coeficiente de inteligência (QI), causando efeito negativo para integração de pessoas com deficiências, incitando a exclusão do ambiente escolar e social. Devido a essa situação foram criadas classes especiais, em 1816, para aqueles que apresentavam baixo QI, nos Estados Unidos. Para agravar a situação, associava-se deficiência mental com delinquência e inadaptação social com doença.

⁸ Movimento Eugênico - difundia-se nesse período que os traços individuais eram herdados e que a evolução humana era baseada principalmente na transmissão genética - alimentou o movimento eugênico, segundo o qual a sociedade reduz o número de pessoas com deficiência pelo controle da natalidade. Fonte: (BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Programas de Capacitação de Recursos Humanos. Brasília: MEC, 2000.

No período de 1925 - 1950, com o final da 1ª Guerra Mundial o cenário era de muitas mutilações, muitos soldados necessitavam de atendimento para sua reabilitação. Foi a partir dessa situação que despertaram para a criação de serviços de atendimentos para outros deficientes que não foram vítimas de guerras. Renasceu neste momento uma nova esperança de educação especial que se difundiu no mundo. A partir daí, a ciência genética foi mais além, se desenvolveram com maiores perspectivas, outros fatores não hereditários passaram a ser reconhecidos como causas da deficiência mental. Onde se destacam: as infecções, traumatismos e problemas endócrinos. (BRASIL, 2000b, p.28)

Além do mais, com a 2ª Guerra Mundial renasceu a necessidade de apoio aos recém-chegados das batalhas e aumentou assim a demanda de auxílio às diversas deficiências. E isso foi motivação para que a estendessem a outros países, inclusive o Brasil investiu em estudos científicos que abriram caminho para novas concepções de deficiência. Foi assim que se descobriu o mecanismo da fenilcetonúria⁹, doença que provoca deficiência múltipla e que poderia ser curada se tratada adequadamente. A partir daí se chegou à compreensão de que a deficiência deveria ser olhada como objeto de estudo e não de descaso ou preconceitos.

Segundo Beyer (2005, p.14 apud COUTINHO, 2011, p.19), depois da 2ª Guerra Mundial “quando as pessoas voltavam mutiladas para casa, a sociedade começou a mudar seus conceitos em relação à deficiência física, passando a envolver-se mais com o indivíduo”. Inicia-se assim um novo paradigma de aceitação dessas pessoas, ou seja, o processo de inclusão que para Sasaki (1993, apud COUTINHO, 2011, p.19), a “inclusão seria o processo pelo o qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais, as pessoas com deficiência a fim de que estas pessoas possam assumir seus papéis na sociedade”.

No período de 1950 - 1960 houve maior aceitação das pessoas com deficiência. Apesar de haver ainda muitas instituições voltadas para esse fim, e muitos já haviam passado pela esterilização. Os sentimentos de repulsa foram dando lugar a uma nova abertura para tolerância e solidariedade. Em 1970 havia o Movimento dos Direitos Humanos¹⁰ nos países desenvolvidos, que através de sua influência sobre os demais foi de grande valia às pessoas com deficiência. Diversas pesquisas foram realizadas, favorecendo e trazendo grandes

⁹ Fenilcetonúria ou PRU, como é mundialmente conhecida. A doença é detectada pelo “teste do pezinho”, cuja obrigatoriedade, para todo o território brasileiro, consta no Estatuto da Criança e do Adolescente, inciso III do artigo 10 da Lei nº 8069, de 13/07/1990.

¹⁰ Movimento dos Direitos Humanos é uma organização não governamental. Seu propósito é a defesa dos direitos humanos.

contribuições para o conhecimento e compreensão das várias deficiências. (BRASIL, 2000b, p.30).

Nos Estados Unidos houve importantes resultados com os programas de intervenção precoce abrindo espaço para novas iniciativas. Os efeitos foram positivos e se espalharam para outros países. Já na década de 50 os países escandinavos afirmavam o princípio de normalização. De acordo com esse princípio as pessoas com deficiência devem ter condições de vida mais ou menos semelhantes às normas e padrões dos demais. Porém, esse tipo de avanço não chegou a beneficiar as pessoas com múltiplas deficiências. (BRASIL, 2000b, p.30)

O período entre 1970 – 1980 foi uma época de litígios. Nos anos 70 se confirmaram as conquistas anteriores onde se buscou consolidar o Movimento dos Direitos Humanos. Nos Estados Unidos o atendimento educacional foi garantido pela lei, sobretudo para os deficientes mais comprometidos, com ajuda dos familiares que lutavam pelos direitos de seus filhos. Também a sociedade brasileira sofreu influência dos direitos humanos tornando-se mais acolhedora. Nessa época o Brasil já contava com legislações locais que incentivavam o atendimento educacional especializado. Mesmo assim, a sociedade não evoluiu no sentido de se comprometer com os alunos com deficiências múltiplas e severas. As instituições filantrópicas eram quem se preocupavam em cuidar e assistir essas pessoas. Mas não havia muito o que fazer com elas por conta das limitações das deficiências. (BRASIL, 2000b, p.31)

Dos anos 1980 até o tempo atual foi possível definir políticas para responder a demanda de serviços e atendimento para as pessoas com deficiências nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. No Brasil, com a Constituição Federal (CF/88), no art. 208 se preconiza “o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino”. Já no final da década de 80 uma Lei federal determinou a matrícula compulsória das pessoas com deficiência nos sistemas educacionais, indistintamente (Lei nº 7853/89),¹¹ embora não tenha se realizado em âmbito nacional, especialmente no que diz respeito às pessoas com deficiências múltiplas mais severas. (BRASIL, 2000b, p.32)

No ano de 1994 a UNESCO realizou uma Conferência, de âmbito mundial na Espanha, sobre as necessidades educacionais especiais que culminou com a Declaração de Salamanca, considerada o mais importante evento da história da educação inclusiva.

¹¹ Lei nº 7853/89 - Dispõe seu apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, sobre a coordenadoria nacional para integração da pessoa com deficiência- Corde, instituição, a tutela jurisdicional de interesse coletivos ou difuso dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências.

O movimento da escola inclusiva ganhou espaço e visibilidade após a Declaração de Salamanca, na Espanha, em 1994,¹² onde se afirmou que “a escola é para todos, sem discriminação, em ambiente integrado”. A partir daí o movimento levantou a bandeira da não segregação de alunos com deficiência em instituições especializadas, defendendo a inclusão em escolas normais, onde os recursos, os programas e tecnologias são disponíveis a todos, adaptando o currículo somente em caso de necessidade evidenciada.

Mais de cem países adotaram essa postura, em conferência apoiada pela UNESCO, dando ênfase a uma política que respeita os direitos humanos, dando oportunidades iguais para todas as pessoas, sem discriminação, para que exista uma participação efetiva, como cidadãos, na sociedade em que fazem parte.

A partir dessa conferência foram escolhidas as diretrizes que norteiam as políticas governamentais, as ações sociais e as instituições que prestam serviços a esse público alvo com deficiências. Abriu-se uma nova página na história em que as deficiências deverão ser respeitadas ao invés de discriminadas, as pessoas sendo tratadas como cidadãos, com direitos e deveres iguais, porém respeitando as suas limitações.

Hoje o movimento brasileiro faz uma avaliação não muito positiva quanto ao atendimento que ainda está aquém da demanda, principalmente no interior do país. No mundo globalizado busca-se um intercâmbio de conhecimentos e de cooperação. Com relação às pessoas com deficiências múltiplas e severas algumas iniciativas já foram registradas, embora não no âmbito nacional conforme citado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).¹³, tais como:

Capacitação de recursos humanos na área; garantia de educação e provimento de serviços de atendimento; expansão dos serviços de intervenção precoce; prevenção primária, por meio de campanhas nacionais; orientação familiar; desenvolvimento de programas para o atendimento aos jovens e adultos, sobretudo focalizando a preparação e o encaminhamento para o trabalho; superação gradativa do caráter terapêutico e assistencial que ainda predomina na educação desses alunos. (BRASIL, 2000b, p.32).

Nos documentos técnicos do MEC a deficiência múltipla já constava desde os anos 80. Seu atendimento era previsto com a mesma acessibilidade das demais pessoas com necessidades especiais. O problema não era o incentivo ou políticas educacionais, mas,

¹² Declaração de Salamanca - Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994. Com objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.

¹³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC) - é um órgão do Governo Federal do Brasil fundado no Decreto nº 19.402, em 14 de novembro de 1930, com o nome de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, pelo então presidente Getúlio Vargas e era encarregado do estudo e despacho de todos os assuntos relativos do ensino, saúde pública e assistência hospitalar.

acreditava-se que essas pessoas com deficiências múltiplas não tinham acesso ao saber devido a suas limitações.

Nos anos 90 houve uma tentativa de democratizar o ensino em todo país na perspectiva de escola para todos, incluindo os alunos com deficiência. Portanto, não há mais por que excluir alunos com deficiências múltiplas e severas, ainda que esse atendimento não esteja universalizado. Porém, nas políticas nacionais, esses direitos estão garantidos. (BRASIL, 2000b, p.33).

No Maranhão a Educação Especial teve início em 1962 em São Luís, na rede privada, no Colégio “Conceição de Maria” para atender crianças com deficiência mental e auditiva, com uma classe especial. Em 1964, a Secretaria de Educação do Estado inicia atendimento exclusivo ao deficiente visual na Escola rural Pio XII. Em 1967 criou-se a Escola dos Cegos do Maranhão. Mas somente em 1969, de acordo com Carvalho (2016, p. 177), o Ensino Especial foi oficialmente institucionalizado através da Portaria nº 423/69, que criou o Projeto de Educação de Excepcionais, o qual teve como principal objetivo a implantação de programas de Educação Especial nas escolas públicas estaduais.

Em 1971, Conforme Carvalho (2016, p.177), a identificação de alunos em classes regulares com atrasos na aprendizagem, além de problemas psicológicos, impulsionou a ampliação do projeto de atendimento, criando classes especiais para alunos portadores de problemas mentais. Esses alunos, vistos como educáveis, foram distribuídos em várias unidades escolares da rede estadual de ensino. Em 1977, dá-se início ao atendimento de casos de crianças também com deficiência, no interior do estado. Em 1978, por força do Decreto nº 6835/78, o Projeto Educação de Excepcionais passa a denominar-se Seção de Educação Especial com finalidade de “promover o atendimento educativo ao deficiente proporcionando-lhe sua integração social.”

Para melhor situar o trajeto que a Educação Especial percorreu no Estado do Maranhão, seguem abaixo alguns dados citados por Carvalho, 2016, p. 188:

- 1980 – Programa bolsa de trabalho convênio MEC/CENESP/SE;
- 1982 – Criação na rede estadual CEE Helena Antipoff
- 1984 – Centro de Educação Especial pelo Decreto 186/84 vinculado a Superintendência de Ensino da Secretaria de Educação do Estado;
- 1985 – Projeto para aluno de aprendizagem lenta;
- 1991- 1992 – Extinção das classes de aprendizagem lenta;
- 1991 – Divisão de Educação Especial pelo Decreto 12.035, com a divisão de Ensino supletivo subordinada a coordenadoria Especial de ensino;
- 1993 – Início dos trabalhos da Secretaria municipal de Educação de São Luís em Educação Especial;
- 1994 – Instalação, na rede municipal de São Luís, das salas de recursos e ensino fundamental sem seriação para alunos com deficiência mental e dificuldades de aprendizagem;

1995 – Divisão de ensino Especial com divisão de ensino supletivo subordinada à coordenação especial pelo Decreto 14.422/95;
 1995-1996 – Projeto de integração escolar do aluno portador de deficiência mental; subprojeto para alunos de deficiência mental; proposta de integração de alunos portadores de deficiência mental de 4 a 6 anos nos jardins de infância das redes regulares de ensino;
 1997 – Inauguração na rede estadual do Centro Integrado de Educação Especial Pe. João Mohana;
 1999- Assessoria de Ensino Especial vinculada à subgerência de ensino subordinada à Gerência de Desenvolvimento Humano; Atendimento ao aluno portador de autismo infantil; Projeto de estimulação precoce para crianças de 0 a 3 anos;
 2000 – Inauguração na rede estadual do Centro de Apoio Pedagógico (CAP) Profa. Ana Maria Patello Saldanha.

Esses dados citados por Carvalho (2016, p.188) reúnem o atendimento especial sobretudo nas áreas de deficiências visuais, auditivas e mental e a relação com outras redes privadas. Percebem-se grandes oscilações na estrutura do órgão do governo responsável pela educação. Dessa forma, esses dados refletem aquilo que acontece a nível nacional na educação especial. A partir da CF/88 os direitos fundamentais das PcD foram reconhecidos e garantidos.

Segundo Bampi; Guilhem; Alves, (2010 p.2), historicamente a deficiência foi denominada como alterações físicas, sensoriais e cognitivas. As pessoas deficientes eram descritas como aleijados, surdas, cegas e loucas. Para os autores a deficiência continua sendo vista de forma pejorativa, como um fato do azar. Por isso, há diversas interpretações em torno da deficiência em relação ao ambiente social. Existem dois modelos que se contrapõem entre si, a saber, o Modelo Médico e o Modelo Social. Para o Modelo Médico a deficiência é compreendida como causa individual, enquanto no Modelo Social a causa está nas estruturas sociais que excluem as PcD das atividades da sociedade.

Dessa forma, o Modelo Social se contrapõe ao Modelo Médico porque não quer que a deficiência seja vista como um problema individual, mas uma questão social, transferindo, dessa forma, a responsabilidade para a sociedade que é incapaz de se adequar à diversidade. Contudo a deficiência necessita ser bem compreendida e o deficiente ser tratado como ser humano.

Para Bisol; Pegorini; Valentini (2017, p.91), a interpretação da deficiência como tragédia pessoal, ou seja, como problema individual, que causa desvantagens ao indivíduo, reforçou o Modelo Médico que apresentava meios para lidar com as limitações físicas e/ou intelectuais, o que fez com que as pessoas com deficiência buscassem tratamento e programas de reabilitação como solução para o problema.

Contudo, a medicina levou o homem a valorizar-se, a buscar um corpo saudável, até porque a Era Moderna com o Capitalismo exigia que homem fosse um ser produtivo, capaz

de trabalhar e de gerar mais-valia. E para concorrer no mercado eram necessários indivíduos aptos para o trabalho. “Enquanto o modelo médico se sustenta em bases positivistas, o modelo social se sustenta no materialismo histórico, trazendo o marxismo como forte influência crítica e argumentativa.” (BISOL; PEGORINI; VALENTINI, 2017, p.94)

Enfim, isso fez com que aumentasse a discriminação em relação aos considerados anormais/doentes pois não eram vistos aptos para concorrer no mercado de trabalho no mundo capitalista. Seriam incapazes de participar e produzir. Por isso, para Shakespeare (2002, apud BISOL et al, 2010, p.94), “o valor do modelo social é enfatizar a opressão e a exclusão que haviam sido negligenciadas no modelo médico.”

O Relatório Mundial sobre a Deficiência (OMS, 2011)¹⁴ evidência que a deficiência tem tramitado do Modelo Médico para o Modelo Social, as pessoas, portanto, eram vistas como deficientes para a sociedade não por causa de seu físico. Segundo o Relatório a deficiência não deve ser considerada só do ponto vista do Modelo Médico nem só do Modelo Social. Ambos têm relevância, pessoas com deficiência podem apresentar problemas decorrentes do seu estado físico. Por isso, se faz necessário buscar o justo equilíbrio dando o devido peso aos diferentes aspectos da deficiência. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2011, p.4)

De maneira geral, as pessoas com deficiência são aquelas que vivem em níveis mais baixos de escolaridade, piores perspectivas de saúde, maior índice de pobreza etc., isso devido ao fato de enfrentarem barreiras que as impedem de acessar os serviços que lhes são garantidos pela Lei. Por isso, é imprescindível, conforme o Relatório Mundial (OMS, 2011, p.11) “criar ambiente facilitadores, desenvolver serviço de suporte e reabilitação, garantir uma adequada proteção social, criar políticas e programas de inclusão e fazer cumprir as normas e a legislação.”

2.1 O direito fundamental à educação inclusiva no sistema de ensino regular

Diversas experiências internacionais têm alcançado o Brasil e provocado inúmeras mudanças, tão profundas que têm estimulado uma série de políticas públicas voltadas a um projeto de educação inclusiva com características e princípios definidos, estendendo o processo de inclusão do espaço escolar para um espaço social mais amplo, a fim de garantir à pessoa com deficiência direitos fundamentais existentes, mas pouco efetivados.

¹⁴ A OMS e o Banco Mundial produziram em conjunto, o Relatório Mundial sobre Deficiência, que foca em medidas para melhorar a acessibilidade e igualdade de oportunidades, promover a participação e inclusão e elevar o respeito pela autonomia e dignidade das pessoas com deficiência.

Pode-se afirmar que, enquanto o tratamento dispensado às pessoas que possuem algum tipo de deficiência física, sensorial e mental evoluiu, principalmente desde o reconhecimento do direito à educação, à reabilitação, à segurança social, ao trabalho, ao transporte, ao lazer e à cultura no Brasil, os investimentos na implementação de serviços e programas de atendimento às necessidades individuais e específicas da coletividade têm sido insuficientes e inadequados.

A LDBEN, Nº 9.394/96, pela primeira vez na história da educação brasileira, apresenta um artigo específico sobre educação especial, no qual reconhece o direito à diferença. Recomenda também que essa modalidade de ensino seja ofertada, preferencialmente, na rede regular de ensino, que deve contar com: apoio especializado, para o atendimento adequado aos alunos especiais e classes, escolas ou serviços especializados, quando não for possível a inclusão em classes regulares.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (Resolução do C.N.E, nº. 2/2001)¹⁵ representam um progresso na definição das Políticas para a Educação Inclusiva e nas propostas para a sua realização. Contudo, as perspectivas de sua implementação estão na dependência da ação dos gestores governamentais, pois elas só poderão ser realmente implantadas se for disponibilizado financiamento específico para o atendimento das demandas relativas à instauração de serviços de apoio especializado, à formação de professores para atuarem em classes comuns, que recebem alunos com deficiência e à presença de professores especializados em educação especial.

Muito se ressalta nos documentos normativos a questão da inclusão escolar, substituindo assim o modelo de integração que antes era muito usado, ou seja, o aluno especial teria que se adaptar ao meio e se integrar:

Assim, segundo esse paradigma, o aluno especial é quem deve, reitera-se, adaptar-se à escola e à sociedade como um todo. Desse modo, dificulta ou impede o ingresso dos mesmos, nas escolas regulares. Já o princípio da inclusão escolar desloca a responsabilidade do processo para a escola, pois respeita e defende o direito inalienável à escolarização de todos os alunos, nos espaços educativos. Em síntese, esse paradigma preconiza a abertura da escola, com e a partir da diversidade. (MANTOAN, 1998, p.34)

Dessa forma, deve-se ressaltar que promover a inclusão não significa, apenas, permitir que o aluno com deficiência adentre em uma escola regular, mas, principalmente, garantir que lhe sejam dadas as condições de aprendizagem, desenvolvimento social, cognitivo e afetivo, por ele ser sujeito de direitos (CURY, 1999, p. 32).

¹⁵ A Resolução nº 2/2001, aprovada pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, coloca para os sistemas de ensino o desafio de se organizar para incluir os alunos e atender suas necessidades educacionais especiais.

Para que uma escola se torne, verdadeiramente, inclusiva é preciso que seus professores sejam motivados, envolvidos com o novo paradigma da inclusão e, sobretudo, capacitados para dar conta de atender às diversidades, às necessidades de seus alunos especiais, com deficiência, para que eles não fracassem na escola e conseqüentemente na sociedade.

É, também, imprescindível que cada aluno com deficiência, com suas peculiaridades, receba a atenção, os cuidados e o acompanhamento necessários, para que possa desenvolver suas potencialidades e capacidades. Toda a comunidade escolar seja devidamente preparada para receber e conviver com os alunos com deficiência, a fim de que o paradigma da inclusão seja, realmente, construído e consolidado. Enfim, precisa se tornar realmente um lugar de troca, de interação, de convivência humana e solidária.

Assim, segundo Poker (2001, p. 29), não é o aluno especial que fracassa, mas a escola que falha, devido ao fato de não possuir a competência necessária para garantir a aprendizagem de todos. Além disso, considera-se que tão relevante quanto assegurar uma escola inclusiva, é promover políticas públicas que viabilizem a oferta de serviços e atendimentos adequados às necessidades de todos os alunos.

Essa perspectiva maior não se limita apenas à formação de professores para trabalharem nas escolas com a inclusão, mas também busca a sensibilização e a capacitação de todos os membros da sociedade, no sentido de se tornarem aptos a aceitar e a conviverem com a diversidade e a se engajarem na proposta da inclusão social. Nessa dimensão, a inclusão deixa de ser uma questão que afeta, somente, o cotidiano das escolas, mas ela se torna de âmbito político e social, sobretudo, na garantia do direito à cidadania para todos.

Faz-se necessário que se reivindique o comprometimento real dos gestores das políticas educacionais, a fim de que existam de fato os recursos necessários para o atendimento adequado aos alunos com deficiência, conforme determinam os documentos normativos vigentes. Caso contrário, à semelhança do que vêm ocorrendo com as outras modalidades e níveis de ensino, as questões políticas imporão seus propósitos e a educação inclusiva passará a ser apenas um pretexto para promover a redução de custos, violentando os direitos dos sujeitos especiais, que deveriam receber do Estado a atenção e o respeito que lhes são assegurados pela Constituição Federal de 1988.

A Lei 9394/96 (LDBEN), no seu capítulo 5, sobre a “Educação Especial” tem chamado as escolas a tomar providências no que é relativo às mudanças e adequações para atender eficazmente os alunos com deficiência. Isso implica também o currículo,

planejamento, avaliação, espaço físico, preparação dos professores, etc. O artigo 59 da referida Lei determina que para sistematizar o ensino se deve assegurar aos estudantes:

- I - currículo, métodos, técnicas, recursos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderam atingir o nível exigido para a conclusão do Ensino Fundamental, em virtude de suas deficiências, e avaliação para concluir em menos tempo o programa escolar às superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para a integração desses educandos nas classes comuns.
- V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996, p.44).

Dessa forma, faz-se necessário pensar em meios que possam amenizar a vida dessas pessoas. Algumas adequações são mais comumente necessárias: colocação de pequenos degraus inclinados ou rampas, colocação de corrimões próximos a bebedouros e a assentos dos banheiros, remoção de carteiras de forma a possibilitar a passagem de cadeiras de rodas, ou facilitar a locomoção de alunos com muletas; além de modificações no mobiliário de forma a promover maior conforto às pessoas que usam órteses e próteses, portas largas, cantos arredondados dos mobiliários etc.

Outro ponto necessário é providenciar ajuda técnica conforme às necessidades dos alunos. De fato, a LBI/2015 no seu art.28, parágrafo 2, cita “aprimoramentos dos sistemas educacionais, visando garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena.”

Na seção que segue serão trabalhados os tipos de deficiência e suas peculiaridades para que elas sejam conhecidas e, assim, se possa sensibilizar as pessoas e fazê-las aprender a lidar com esses usuários com deficiência que vão em busca de informações porque necessitam de conhecimentos para complementar sua formação.

2.2 Tipos de Deficiência

O Relatório Mundial sobre a deficiência (OMS, 2011, p. 22) enfatiza que os “tipos de deficiência” são definidos identificando-se apenas um aspecto da deficiência, bem como as alterações sensoriais, físicas, mentais, intelectuais e outras vezes também se confundem problemas de saúde com deficiência. Cada “tipo de deficiência” tem necessidades específicas de saúde, de educação, de reabilitação, sociais e de apoio.

A Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência, divulgada e elaborada pela Assembleia Geral da ONU em 1975, expõe que pessoa deficiente é “qualquer pessoa incapaz

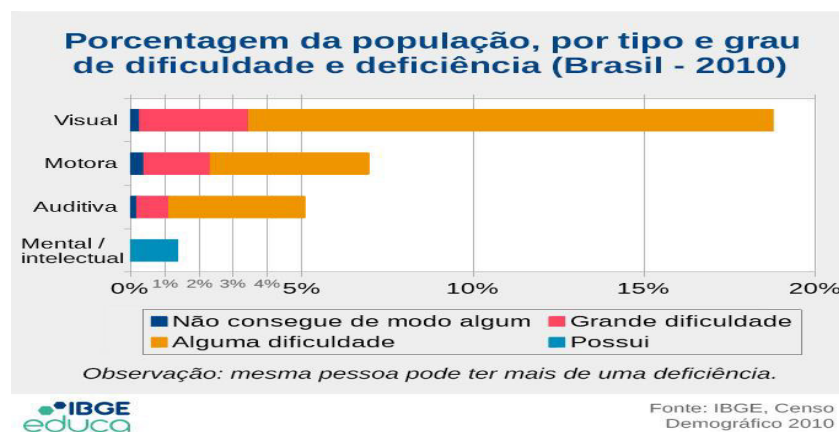
de assegurar-se, total ou parcial necessidade de autonomia no âmbito social em decorrência de uma deficiência, congênita ou não em suas capacidades físicas ou mentais.”

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, art. 1, se refere a elas como “aquelas que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006)

Os direitos são bens e serviços colocados à disposição das pessoas e são assegurados através de leis que garantem que estes bens cheguem igualmente nas mãos de todos sem distinção. As PcD têm os mesmos direitos que as outras sem deficiência, mas nem sempre conseguem exigir seus direitos devido a suas limitações, pois a sociedade lhes impõe barreiras físicas, legais e de atitudes.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (IBGE) no censo realizado em 2010,¹⁶ investigou as características gerais da população, ou seja, sexo, idade, cor ou raça, religião e pessoa com deficiência. Segundo a pesquisa (Censo 2010) do IBGE, cerca de 23,9% da população declarou possuir algum tipo de deficiência, equivalente a 45.606.048 milhões de brasileiros. Sendo, tais deficiências 18,6% Visual; 7% Motora; 5,1% Auditiva e 1,4% Mental ou Intelectual, conforme o gráfico 1:

Gráfico 1: Censo Demográfico 2010 (IBGE)



Fonte: (BRASIL, 2010)

Os direitos humanos são assegurados a todos com deficiência ou não e por isso o Governo Brasileiro e a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com

¹⁶ O censo demográfico é uma estatística realizada por um país, por onde se estabelecem os indicadores para tornar mais evidente as proporções que um país alcançou com a sua população. Aqui no Brasil é realizado a cada 10 anos.

Deficiência implementaram ações para que sejam respeitados esses direitos, no entanto a prioridade das políticas públicas é para aqueles que apresentaram deficiência mais grave, ou seja, aqueles que responderam ao questionário “não consegue de modo algum”. Sendo com isso atendidos apenas um contingente bem menor em proporção àqueles que apresentam algum tipo de deficiência. Sendo assim, de 45.606.048 de pessoas com deficiência 1,6% é totalmente cega, 7,6% são totalmente surdas, 1,62% não consegue se locomover. A incidência maior está entre as mulheres, com prevalência no Nordeste. (BRASIL, 2012, p.6)

As dificuldades que as PcD encontram na busca de seus direitos são também de todos nós, a CF/88 garante esses direitos. O processo de desenvolvimento do país depende da inclusão de todas as pessoas, não permitindo que ninguém fique de fora. Conforme afirma o documento do Censo 2010: “A visão dos direitos humanos é baseada na não discriminação e se sustenta em três pilares principais: igualdade de oportunidades, poder de decisão sobre a própria vida e segurança para exigir os direitos”. (BRASIL, 2012, p.26)

Com base no Decreto nº 5.296/04, de 02 de dezembro de 2004b, no seu art. 5 parágrafo primeiro, a pessoa com deficiência se enquadra nas seguintes categorias: Física, Visual, Auditiva, mental/Intelectual e múltipla.

a) Deficiência Física

São consideradas pessoas com deficiência física aquelas que apresentam alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraparesia, tetraplegia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo. Membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (BRASIL, 2004b)

Relacionam-se abaixo alguns conceitos das deficiências físicas nomeadas pelo decreto nº 5.296/04b que será referido no quadro 1.

Quadro 1- Categorias das doenças que comprometem a função física

Paraplegia	Paralisia dos membros inferiores, decorrente de uma lesão medular no nível da coluna vertebral torácico-lombar. Somente as duas pernas encontram-se afetadas, podendo haver ligeiro comprometimento de outras partes (diplégico). A parte superior do corpo geralmente não é afetada. A criança pode apresentar contraturas nos pés e nos tornozelos.
-------------------	---

Paresia	Paraparesia é uma deficiência relacionada à perda parcial das funções motoras dos membros inferiores, diminuição da força em um ou mais grupos musculares, um grau menor de paralisia.
Tetraplegia	Paralisia dos membros inferiores, decorrente de uma lesão medular ao nível da coluna vertebral torácico-lombar. São afetados tanto os membros superiores como inferiores. Ao caminhar, os braços, a cabeça e a boca podem sofrer contrações, os joelhos encostados um no outro, pernas e pés voltados para dentro. Muitas crianças com tetraplegia têm uma lesão cerebral tão severa que dificilmente poderão vir a andar.
Hemiplegia	Braço e perna do mesmo lado. O braço é dobrado; mão espástica ou flácida, devido ao pouco uso. Já a perna atingida se apoia na ponta dos pés, ou na lateral externa do pé. Ocorre quando um lado do corpo está paralisado, frequentemente causado por uma lesão ou distúrbio cerebral. O motivo pelo qual apenas um lado do corpo é afetado decorre da divisão do cérebro em dois hemisférios, ou seja, o lado direito do cérebro controla o lado esquerdo e o lado esquerdo do cérebro controla o lado direito.
Hemiparesia	Paralisia incompleta de nervo ou músculo de um dos lados do corpo que não perdeu inteiramente a sensibilidade e o movimento.
Monoplegia	Paralisia de um só membro ou grupo muscular.
Monoparesia	Apenas um membro é afetado, seja superior ou inferior.
Triplegia	Perda total das funções motoras em três dos quatro membros.
Triparesia	Paralisia na qual três membros são afetados, dois membros inferiores e um superior.
Tetraparesia	Paralisia incompleta de nervo ou músculo dos membros inferiores e superiores.
Quadriparética	Deparalisia com distribuição quadriparética, ou seja, aquela na qual os quatro membros estão afetados, podendo um lado do corpo estar mais afetado do que o outro.

Fonte: Elaborado pela autora, conforme Decreto nº 5.296/04.

As mutilações e as sequelas motoras causadas por acidentes, enfermidades ou causas congênitas estão subdivididas de acordo com os sistemas orgânicos de origem que foram afetados: Encefálicos – neste grupo incluímos as escleroses múltiplas, o AVC e a paralisia cerebral. Espinhal – inclui a poliomielite, traumatismos com ruptura ou compressão medular, má formação congênita como espinha bífida ou por degeneração como é o caso da síndrome de Werdnig-Hoffman. Muscular – especialmente a distrofia muscular progressiva. (BRASIL, 2004b)

b) Deficiência Visual e Auditiva

A Deficiência Visual de acordo com o decreto nº 5.296/04, cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica, a baixa visão que significa acuidade visual entre 0,03 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos que a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60 graus; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. (BRASIL, 2004b).

A Deficiência Auditiva é a perda bilateral, parcial ou total de quarenta e um decibéis ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000 Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (BRASIL, 2004b)

c) Deficiência Mental/Intelectual

O significado do termo deficiência intelectual definida pelo decreto nº 5.296/04 é funcionamento intelectual geral abaixo da média, oriundo do período do desenvolvimento, concomitantemente com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade, nos seguintes aspectos: comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, desempenho na família e comunidade, independência na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho. (BRASIL, 2004b)

d) Deficiência múltipla

Segundo a Política Nacional de Educação Especial do Ministério da Educação a deficiência múltipla “é a associação no mesmo indivíduo de duas ou mais deficiências primárias [...] com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa.” O conceito varia muito segundo os autores, pois para uns é apenas uma deficiência que ocasiona outras, dependendo da gravidade. Nesse sentido, uma deficiência primária é geradora de outras deficiências secundárias, se caracterizando uma deficiência múltipla. (BRASIL, 2000b, p.48)

Para outros exige observância de vários aspectos, ou seja, tem que apresentar simultaneamente duas ou mais deficiências, sejam elas psíquicas físicas ou sensoriais. Porém, não pode uma depender da outra, são independentes. Por exemplo, uma pessoa pode ter deficiência visual e auditiva.

A deficiência múltipla na sua manifestação envolve várias áreas, tais como: deficiência física associada à deficiência mental, (física e transtornos mentais); deficiência auditiva e mental; visual e mental; auditiva e física; visual e física; deficiência física associada

à auditiva e mental, e outras mais. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS)¹⁷, 10% da população têm deficiência, sendo 1% deficiência múltipla. A deficiência múltipla tem sua origem em vários fatores: pré-natais, perinatais ou natais, pós-natais, acidentes e traumatismos cranianos, intoxicação química, irradiações, tumores, hipotireoidismo e outras doenças. (BRASIL, 2000b, p.56)

A inclusão das PcD implica na aceitação e oferta de oportunidades para o desenvolvimento de potências; entretanto, o enfoque da integração da pessoa com deficiência visual ou auditiva limita-se aos componentes físicos com o propósito de incluí-la na classe objetivando a integração e participação social.

“Todos são iguais perante a Lei” (BRASIL, 1988, p.15), art. 5, e por isso é que todos têm o mesmo direito à vida e à dignidade, embora por outro lado, todos são relativamente diferentes; seja do ponto de vista biológico, cultural ou financeiro. No enfoque escolar e das políticas públicas no trato com o coletivo não cabe a dualidade, mas sim o reconhecimento da singularidade e pluralidade das identidades que constituem condição primordial para a garantia da igualdade de oportunidades para todos.

O aluno de visão subnormal deve ser atendido de forma semelhante aos educandos de visão não deficiente, sendo apenas orientado a usar o máximo do seu resíduo visual nas suas atividades que exigem leitura de textos. O profissional deverá estar preparado para auxiliar o aluno a interpretar e esclarecer suas dificuldades visuais.

Teoricamente são excluídos os que não conseguem ingressar nas instituições e, mesmo matriculados, não exercitam seus direitos de cidadania, de apropriação e de autonomia visando aprimoramento de conhecimentos. Embora a deficiência seja severa e pareça um empecilho, ainda que múltipla, a pessoa deve ser tratada com dignidade.

Esse conhecimento da deficiência, seja ela física, visual, auditiva, mental/intelectual ou múltipla, serve de base para analisar de que modo se poderá mediar para a promoção da pessoa humana, ou seja, ajudar o aluno a atuar, a responder frente à demanda do ambiente social. Por isso a necessidade de identificar suas limitações para trabalhar suas capacidades. Pessoas com deficiências múltiplas diferem umas das outras, de acordo com seus critérios individuais e socioculturais.

Quando existe um apoio adequado a essas pessoas favorece-se com mais eficiência seu desenvolvimento tanto no aspecto emocional quanto motivacional, aumentando assim sua autoestima, autoconfiança para poder crescer e ter sucesso na aprendizagem.

¹⁷ (OMS) - é uma agência especializada em saúde criada em 7/04/1948, pela ONU para elevar os padrões mundiais de saúde, com sede na Suíça.

3 POLÍTICAS DE INCLUSÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Abordar-se-á as políticas públicas, ou seja, os programas implementados pelo governo para tornar a educação superior inclusiva e acessível a todos.

Segundo Ribas (2018, p.2) “o conceito de políticas públicas são programas de ações do poder público visando resoluções de problemas sociais.” Primeiro é preciso identificar o problema, para isso é necessário à participação dos interessados na questão, e para que haja uma ação intervencionista o problema deve ser passível de solução. Por isso, Menezes, (2015, p.26 apud RIBAS,2018, p.4) afirma que:

[...] é na tomada de decisões que se define recursos e prazos que devem ser adotados para implementação da ação pública. Nesse momento, deve-se elaborar um instrumento que possa concretizar aquele objetivo, como leis, decretos, normas, resoluções para resguardar legalmente a atividade do poder estatal.

São elencadas no quadro 2 algumas leis e decretos federais que a partir das políticas públicas foram elaboradas para dar garantia a sua aplicação.

Quadro 2- Leis e Decretos Federais de apoio as políticas públicas

Resolução nº 2/81	Alonga o tempo para conclusão do Ensino Superior para PcD. Institui a duração e a carga horária dos cursos.
Lei Nº 7.853/89	Dispõe da integração social das pessoas com deficiência, obriga a inserção de escolas especiais, privadas e públicas no sistema educacional e a oferta obrigatória e gratuita da educação especial, em estabelecimento público de ensino.
Lei Nº 8.069/90	Garante o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência na rede regular de ensino. Trabalho protegido ao adolescente com deficiência, prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para famílias das crianças e adolescentes nestas condições.
Portaria nº 1.793/94a	Dispõe sobre a necessidade de completar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com PcD e dá outras providencias.
Lei 8.859/94b	Modifica dispositivos da Lei 6.494/77, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividade de estágio.
Circular nº277/96a	Requer aos reitores das universidades a adotarem uma política de acesso aos alunos com deficiência.
Lei Nº 9.394/96b	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), “O atendimento será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível integração nas classes comuns do ensino regular.”
Decreto Federal Nº 3.298/99,	Regulamenta a Lei Nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para Integração da pessoa portadora de deficiência e consolida a norma de proteção, além de outras providências.

	Estabelece que é preciso dar acesso à educação e apoio por parte das instituições de ensino.
Lei Nº 10.098/00a	Estabelece normas gerais e critérios básicos da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Lei Nº 10.172/01a	Plano Nacional de Educação (PNE). Afirma que a Educação Especial “como modalidade de educação escolar deveria ser promovida em todos os diferentes níveis de ensino.”
Lei 10.260/01b	Dispõe sobre o fundo de financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providencias.
Lei Nº 10.436/02	Reconhece como meio legal de comunicação a Língua de Sinais, Libras. Lei Federal Nº 12.319/2010, regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais.
Portaria 3.284/03	Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de PcD, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, além de credenciamento de instituições.
Lei Nº 10.973/04a	Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências
Decreto nº 5.225/04 Revogado pelo Decreto 5.773/06	Altera dispositivos do Decreto 3.860/01, que dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições e dá providencias.
Decreto Federal Nº 5.296/04b	Regulamenta a Lei 10.048/00 que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e a Lei 10.098/00 que estabelece normas gerais e critérios básicos da promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.
Lei 11.096/05a	Institui o Programa Universidade para Todos-PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei nº 10.891/04 e dá outras providencias.
Decreto nº5.622/05, Revogado pelo decreto 9.057/17	Regulamenta o art.80 da Lei Nº9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educacional nacional.
Decreto Federal Nº 5.626/05,	Regulamenta a Lei 10.436/02 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras, e o art. 18 da Lei Nº10.098/00.
Decreto nº5.773/06 Revogado pelo Decreto 9.235/17	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
Decreto nº 186/08a	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.
Decreto Nº7.612/11	Institui o Plano Nacional dos Direitos da PcD - “Plano viver sem Limite.”
Lei Nº12.711/12	Lei de cotas, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e institutos federais do ens. Médio.
Lei 13.146/15	Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com deficiência)
Lei Nº13.409/16	Lei de cotas sociais se estende a pessoas com deficiência, altera a lei nº 12.711/12.

Fonte: Elaborado pela autora, conforme o programa de acessibilidade: “Acessibilidade cidadania para todos”

Ficou evidente o compromisso que o Congresso Nacional vem assumindo com base em seus decretos e leis enumerados no quadro 2. Estas leis são votadas pelos membros do poder legislativo em cada esfera do governo federal, estadual e municipal. Inclusive o poder executivo pode também propor medidas. A população representada através dos conselhos é chamada a participar das discussões, dando opiniões e sugestões. No decorrer destes anos muitas dessas leis vêm trazendo melhorias e oportunidades, muitos avanços foram acontecendo e muitos vêm se beneficiando ainda que aos poucos.

Porém, algumas leis são um pouco excludentes quando afirmam que só serão atendidas aquelas PcDs capazes de se integrarem. Isso significa que as escolas deveriam reservar uma sala para o atendimento especial nos casos em que os alunos deficientes não se integrem nas classes comuns, ou seja, não consigam acompanhar o ensino regular. Parece que as leis voltam a estimular a separação das pessoas com deficiência.

O objetivo principal de uma Lei é assegurar a plena integração da PcD no contexto socioeconômico e cultural do país. Sabe-se da importância que tem para uma pessoa com deficiência sentir-se apoiado pela sociedade, lhe fortalece o seu senso de pertencimento a essa sociedade. Contudo, é preocupante que muitas dessas leis permaneceram aquém dessa necessidade porque muitos deficientes continuam encontrando barreiras e, apesar dos compromissos e pactos assinados, os seus direitos continuam sendo violados e não respeitados.

O Brasil, através dos seus órgãos federais, está de acordo com a inclusão das pessoas com deficiências no ensino regular superior. Em vista disto, o Ministério da Educação (MEC), tem organizado programas de incentivos por meios de decretos, portarias e leis para elaboração de políticas públicas para a garantia de acesso e a permanência de alunos com deficiências nas instituições de ensino superior.

A CF/88 nos seus artigos 205 e 206 afirma que a “Educação é direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” [...], “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. No seu artigo 208 afirma que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferivelmente na rede regular de ensino”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p.136)

Com base no que afirma a Lei são criadas pelo governo as políticas públicas, ou seja, programas ou ações para colocar em prática medidas que garantem a educação para todos os cidadãos sem exceção. Além disso, também é função das políticas avaliar para melhorar em qualidade.

Entre as políticas mais recentes que contribuem para o acesso e a permanência das pessoas com deficiência no ensino superior destacam-se: o Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituído pela Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005 que reserva um percentual de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% ou 25% para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior. No seu art. 7, inciso II um percentual de bolsas é destinado à implementação de políticas “afirmativas”¹⁸ de acesso ao ensino superior de PcD ou de auto declarados indígenas e negros. (BRASIL, 2005)

As políticas, chamadas de ações “afirmativas”, foram criadas com o objetivo de assegurar a oportunidade para todos sem distinção de classe, respeitando as diferenças. Entre essas políticas pode-se citar o sistema de cotas para estudantes de escolas públicas, negros, índios e pessoas com deficiências, amparados pela Lei de Cotas nº12.711/12¹⁹; e os Programas Sociais como o UNIAFRO, PROLIND²⁰ e o INCLUIR. (BRASIL, 2012)

O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR), de acordo com a Portaria Normativa n. 14, de 27 de Abril de 2007, descreve normas gerais e critérios básicos para incluir um número maior possível de alunos com deficiência nas instituições federais de ensino superior (IFES). De acordo com o MEC, o INCLUIR tem como principal objetivo “fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas IFES, os quais respondem pela organização de ações que garantem a integração de PcD à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.” (BRASIL, 2007)

As políticas de inclusão em sua essência promovem ações de acesso e permanência de todos os estudantes, acolhendo-os com suas limitações físicas, status sociais, saúde mental, asseguram condições de igualdade para o exercício das atividades acadêmicas, fortalece a democracia contra a exclusão, na defesa da pluralidade cultural.

Sabe-se que a missão da universidade é a de incluir e manter a permanência dos alunos como um dos maiores desafios do ensino superior brasileiro. Porém, além da autonomia, financiamento, gestão, infraestrutura, programas, conteúdo curricular e avaliação, acesso à

¹⁸ Políticas “Afirmativas” são um conjunto de medidas especiais voltadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão ocorridos no passado ou no presente.

¹⁹ Lei de Cotas 12.711/12 - Esta lei foi implantada pelo Decreto 7.824/12, que determina um percentual de 50% das vagas por curso para quem se declara negro, pardo, índio, escola pública e deficientes.

²⁰ PROLIND - Programa de Apoio a Formação Superior e Licenciatura Interculturais Indígenas; UNIAFRO- Programa de igualdade racial - são programas realizado pelo Ministério da Educação.

informação, ela deve oferecer meios arquitetônicos, instrumentos de pesquisa, mediadores especializados para auxiliar na formação e ensino-aprendizagem desses alunos.

Há de estabelecer-se que a educação é determinante na construção do desenvolvimento social e econômico de uma nação. A aplicação desse direito fundamental em uma sociedade desigual evidencia o processo de exclusão dos setores menos favorecidos, demandando por parte do estado uma política de inclusão, a qual justamente nos remete ao processo de democratização do acesso e ao mecanismo da garantia da permanência.

Em 2006, na cidade de Nova York foi realizada a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência na qual se reafirmou o conteúdo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz no seu art.24 que “a garantia do direito à educação para todas as pessoas com deficiência com base na igualdade de oportunidades”, concomitante às políticas públicas que “assegurem condições de permanência dos jovens na educação pública federal”. (BRASIL, 2007, p.28)

Nos termos da Convenção internacional, o Brasil resolveu através do Decreto Nº.7.612/11, elaborar o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com o objetivo de “promover por meio de integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos da pessoa com deficiência” conhecido como “Plano Viver sem Limite.” (BRASIL, 2011)

O documento mais recente é o Plano Nacional de Educação (PNE), que entrou em vigor a partir de 2014 com o prazo até 2024. Nesse documento estão as estratégias com vista à inclusão das minorias a fim de estender o acesso à educação e o atendimento a todos elevando a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50%, no segmento público. Dessa forma, a universidade enquanto produtora de conhecimentos deve garantir a permanência de todos mediante políticas e ações que promovam a inclusão. (BRASIL, 2014)

3.1 Acessibilidade das bibliotecas

A Lei de Acessibilidade, Nº10.098/2000a, estabelece direitos iguais garantindo uma qualidade de vida adequada, possibilitando acesso a todos os espaços. A lei define regras básicas para que o deficiente possa usufruir de todos os bens com igual oportunidade como todos os outros. (BRASIL, 2000a)

Dessa forma, a acessibilidade é um direito garantido a todo cidadão, faz parte das políticas inclusivas, prevista na legislação brasileira. Em relação ao espaço físico, é necessário a construção de rampas, um percentual de vagas para estacionamento, transportes públicos com elevadores, sinalização visual e outros projetos arquitetônicos que auxiliam na livre

circulação. Em relação à informação e à comunicação existem tecnologias adaptadas específicas para que façam uso de forma que possam se comunicar ou se informar.

No que se refere à acessibilidade em uma instituição de ensino existe o Decreto 5.296/2004 que, no seu artigo 24, determina que o estabelecimento de ensino não deve funcionar sem as devidas providências de acesso, onde os alunos com deficiência possam ter o direito de ir e vir. O artigo cita como deve ser feito o acesso às salas de aula, auditório, sanitário, quadras etc.

Atualmente, para uma instituição de ensino funcionar tem que cumprir todas essas regras, do contrário é convidada a fechar. Mas, infelizmente existem muitas que não respeitam essas normas e funcionam mesmo assim. Evidencia-se, então, apesar das leis, uma das grandes barreiras para a ampliação das vagas, são os preconceitos que ainda é presente de diversas formas nas instituições e na sociedade.

Apesar de tantas lutas e iniciativas de grande relevância como foi a LDBEN (Lei 9.394/96) para dar oportunidades para todos, identifica-se ainda através de dados que esta medida permanece insuficiente para atender toda a população, principalmente, as chamadas minorias. Desse modo, percebe-se a necessidade de políticas públicas que intervenham para atingir os menos favorecidos que ainda hoje sofrem pela exclusão por parte do setor público.

Na atualidade, o tema de políticas públicas é frequente no ambiente acadêmico e profissional, tendo em vista a emergência de um Governo que visa fortalecer parcerias público-privadas para aumentar investimentos na educação e, assim, garantir sua governabilidade. (RIBAS, 2018, p.2)

Neste sentido, o grande desafio para os Institutos de Ensino Superior, (IES) é contribuir para a acessibilidade, a fim de oferecer espaços adequados, apoiando as políticas de inclusão, que promovam a qualidade no ensino respeitando as diferenças. O Decreto N. 5.296/04, art.8, inciso I, define acessibilidade da seguinte forma:

É a condição de alcance para a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência. (BRASIL, 2004c, p.4)

A essa definição de acessibilidade se questiona se as universidades estão preparadas para acolher essas pessoas com deficiências, sejam elas físicas, visuais, auditivas, enfim pessoas com necessidades de atendimento especializado.

Dessa maneira a acessibilidade está classificada em seis dimensões: arquitetônica (sem barreiras físicas, ambientais, nas residências, nos edifícios, nos espaços urbanos, nos equipamentos urbanos, nos meios de transportes individual ou coletivo); metodológica (sem barreira nos métodos e técnicas de estudo, de trabalho, de ação comunitária, de educação dos

filhos); comunicacional (sem barreiras na comunicação entre as pessoas, escrita e virtual); instrumental (sem barreira de instrumento, ferramentas, utensílios, de lazer, recreação); programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas, regulamentos); atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para com a PcD) . (SASSAKI, 2009, p.2)

Apesar de existir um grande abismo para que a mobilidade e a acessibilidade sejam realizadas com eficácia, muito também se tem feito em favor dos deficientes através de leis que amparam as normas e os critérios de acessibilidade como é o caso das Normas da ABNT-NBR-9050/2015,²¹ que têm como finalidade: “estabelecer critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.” (ABNT-NBR-9050:2015, p.1)

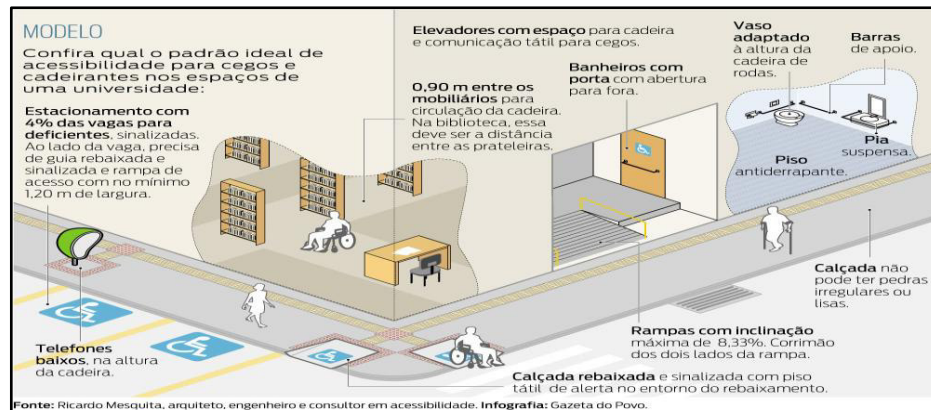
Esta norma estabelece critérios para facilitar o acesso aos usuários deficientes. Vale ressaltar que toda instalação deve seguir padrões estabelecidos, a fim de oferecer segurança àqueles que utilizam os seus serviços. Conforme afirma a Association of College and Research Libraries (ACRL)²²: “As instalações de uma biblioteca devem ser bem planejadas, de modo a proporcionar um espaço adequado e seguro, propício ao estudo e de investigação com as condições ambientais adequadas para os seus serviços, pessoal, recursos e coleções.” (ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES, 2004)

O modelo exposto na figura 1 ilustra as medidas segundo as normas da ABNT 9050/15, para que haja acessibilidade no ambiente universitário. Para as Bibliotecas estas normas apresentam as seguintes orientações: a) Metragem adequada para utilização da mesa para pesquisa é de 0,50m; b) Distância adequada do acervo de livros é de 0,90 m. Recomenda-se a rotação de 180° para permitir maior locomoção do cadeirante no acervo; c) A altura das prateleiras deve ser de forma que atinja o alcance tanto manual como visual do cadeirante de maneira que ele possa usufruir sem necessidade de auxílio; d) As mesas de estudo devem possuir altura 0,73 entre piso e a superfície inferior; e) Deve haver um balcão de referência posicionado para aproximação frontal de até no máximo de 0,90m de altura do piso, localizado em espaço de fácil acesso.

²¹ ABNT NBR 9050:2015- Foi elaborada no Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB-040), pela comissão de estudo de Acessibilidade em edificações (CE-040:000.001). O projeto circulou em consulta Nacional conforme Edital nº8, de 20.08.2012 a 18.10.2012. Esta terceira edição cancela e substitui a edição anterior (ABNT NBR 9050:2004), a qual foi tecnicamente revisada.

²² ACRL- É associação de bibliotecas universitárias, desenvolve padrões, diretrizes e estruturas para ajudar bibliotecas, instituições acadêmicas e agências de credenciamento a entender os componentes de uma excelente biblioteca.

Figura 1 - Modelo padrão ideal de acessibilidade na universidade



Fonte: (MESQUITA, 2010)

Tudo isso incorre em despesas, recursos financeiros e humanos e, por isso, as instituições muitas vezes são desprovidas de infraestrutura que auxilie no aprendizado. Mas, é necessário que todos contribuam: os docentes, os gestores educacionais, os profissionais da informação etc., com a vontade política de melhorar a qualidade de ensino e os serviços prestados a essas pessoas com deficiência que devem gozar dos mesmos direitos de todos.

De maneira nenhuma se deve ignorar uma pessoa com deficiência. Seria um descaso não a tratar de modo adequado. Dessa forma, a universidade deve adaptar-se a essas necessidades e não o contrário. Acessibilidade não é algo particular de um indivíduo, pois essa deve ser vista a partir de políticas públicas. Acessibilidade é uma questão de qualidade de vida, por isso não se deve esquecer que para que haja acessibilidade é necessário que as pessoas com deficiência tenham condições de ir e vir, eliminando as barreiras que impeçam este acesso.

Conforme é citado no Decreto N.5.296/04, as barreiras nas comunicações e informações são: “qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação.” (BRASIL, 2004b)

Por isso, torna-se difícil, tanto para o aluno que busca o conhecimento como para o professor que transmite não poder se comunicar. Como acontece no geral muitos não têm a mínima noção da língua de sinais (LIBRAS)²³ utilizados pelos deficientes auditivos, como também o Braille, recurso utilizado pelos deficientes visuais. Nesse caso, também o professor não é obrigado a saber, mas se faz necessário ter junto a ele um profissional especializado.

²³ LIBRAS foi oficializada como língua das comunidades surdas brasileiras, através da lei n.10436 de 24 de abril de 2002.

3.2. Competências do bibliotecário universitário para inclusão informacional

A inclusão não é só trazer o deficiente para o espaço social, mas também, antes de tudo, oferecer condições de acessibilidade adequadas para que a pessoa se sinta bem. E entender que apesar de suas limitações ela pode contribuir e dar sua parcela de colaboração no meio social em que vive.

Dias (2005, p.14) enfatiza que as bibliotecas universitárias são vistas pela comunidade não só como um espaço social, mas também cultural e educacional, estruturadas de recursos tanto materiais como humanos e técnicos, movidos para auxiliar a comunidade acadêmica no ensino, na pesquisa, no estudo etc.

Evidente que cabe aos profissionais ser o elo que vai intermediar, ser esse canal de interação entre a informação e o usuário. De fato, o bibliotecário é o profissional qualificado que tem suas atribuições voltadas para o registro e disseminação de informação com a finalidade de facilitar o acesso e a geração do conhecimento.

A biblioteca é um espaço privilegiado onde cabe a este profissional desenvolver suas habilidades, atendendo sem nenhuma exclusão todo e qualquer usuário que nela venha suprir suas necessidades informacionais. Nesse caso, o estudo do usuário é fundamental, pois dessa forma não só contribuirá no seu processo de aprendizagem como também garantirá o acesso à informação de forma mais democrática.

Porém, o mais importante é que as PcD possam contar com o potencial humano, ou seja, o bibliotecário ou o profissional especializado que vai entrar em contato direto com elas para adequar os serviços e produtos às suas necessidades. É importante que nesse momento o bibliotecário desenvolva aquele sentimento de altruísmo e empatia, no sentido de se colocar no lugar do outro, para compreender as limitações deste, principalmente no processo de acessibilidade e inclusão (DINIZ; ALMEIDA; FURTADO, 2017, p.1766).

Por isso, além de suas competências técnicas, o bibliotecário deve desenvolver habilidades para cada tipo de serviço prestado, para que seu atendimento seja eficiente e eficaz. Tudo isso exige dele constantes capacitações adequadas às necessidades, visando a melhoria da qualidade de seus serviços, sobretudo no que concerne às PcD e outros que mais necessitem de auxílio e contam com mediadores de seu aprendizado. De forma que,

o bibliotecário de referência deve ter qualidades distintas com uma grande capacidade de síntese e análise a fim de responder as questões dos usuários. Outras qualidades pessoais também são pertinentes como: acessibilidade, inteligência, conhecimento profissional e intelectual, iniciativa, prudência, perseverança, cortesia. Esse profissional vai adquirindo qualificações no cotidiano de suas rotinas de trabalho (SOUZA; FARIAS, 2011, p.4).

Para o acesso à informação a biblioteca dispõe de serviços mais adequados para aqueles que têm certas limitações. As PcD necessitam não só da informação, como também do apoio para utilizar as tecnologias assistivas, conforme a LBI nº 13.146/2015 no seu art. 3º, inciso III.

[...], são produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da PcD ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (LBI /2015, p.19)

Dessa forma, vale ressaltar que o bibliotecário precisa dar importância a sua formação continuada para que possa adquirir competências e habilidades a fim de atender a todos. Independentemente da sua deficiência essas pessoas têm direito ao acesso à informação, aos serviços prestados pelas bibliotecas.

Nesse caso é pertinente que a Instituição, a biblioteca e o bibliotecário se questionem se estão preparados para recebê-los e atendê-los e se oferecem condições para isso. É importante que o bibliotecário se sensibilize e torne a biblioteca acessível a todos. Pois, as mudanças sociais exigem um profissional “[...] que tenha além da formação adequada, competência e habilidades exigidas pelas tarefas a desempenhar e ajustada ao tempo atual, implicando em um redirecionamento da conduta do profissional, perante os desafios do momento” (BORGES, 2004, p.57).

Portanto, a gestão de uma biblioteca deve prover serviços para que haja integração de todos nos espaços da biblioteca, seja ele físico ou digital, embora existam ainda muitos caminhos a percorrer e muitas barreiras para superar. Para os deficientes auditivos ou surdos a barreira é de comunicação e informação. É necessário que o bibliotecário tenha interesse de aprender a língua brasileira de sinais, (LIBRAS), para que haja acessibilidade comunicacional.

O bibliotecário como um profissional, deve empreender para atender as várias necessidades de informações, mantendo o foco no usuário, respeitando as diversidades, garantindo o apoio, sobretudo a quem mais necessita.

3.3 O acervo como aspecto informacional inclusivo

Atualmente a biblioteca oferece diversos produtos e serviços para acessibilidade informacional com a finalidade de estimular a leitura e a pesquisa para as PcD. São vários os aparatos tecnológicos que podemos destacar para auxiliar na vida rotineira dos deficientes, instrumentos para ajudá-los a sentir, perceber e comunicar. São as chamadas tecnologias assistivas que também auxiliam na execução das várias necessidades pessoais, como se

alimentar, vestir-se etc. São recursos eletrônicos ou não que facilitam a comunicação para aquelas pessoas desprovida da fala, como as pranchas de comunicação com símbolos PCS ou Bliss,²⁴ além de vocalizadores e softwares com essa finalidade. Dispõe também de recursos para os cegos, tais como: lupas, livros em Braille, computadores com leitores de tela, áudio livros, impressora Braille entre outros, (SARTORETO; BERSCH, 2012, p.2)

Existem também outros equipamentos com esse objetivo, como computadores com localizador acessíveis, quantidade deles suficientes com programas específicos, monitores com tela plana, pelo menos 17", monitores com filtros de proteção e suporte de elevação, software para converter qualquer texto em formato Daisy²⁵, ponteira de cabeça e boca, teclado colmeia, mouse adaptado, Software especiais de reconhecimento de voz, prancha de leitura com lupa. Além de leitor autônomo, livros ilustrados em Braille e livros áudio descritivos, máquina de datilografar em Braille, gravador de voz, lupa manual e eletrônica, reglete e punção.

Para os deficientes físicos destacam-se: cadeiras de roda propulsão e elétrica, cadeira verticalizada para uso de laboratório, braço articulado, page turner, trackball, track pro (Mouse). Além de sistemas eletrônicos que permitem que as pessoas com dificuldades de locomoção usem o controle remoto.

O acervo deve ter as seguintes características: vocabulário simples, ilustrativo, levando em conta que há pessoas com dificuldades com a Língua Portuguesa. A coleção deve ser constituída basicamente de livros impressos em tinta, livros escritos em Braille, livros gravados em vídeos, livros digitalizados, podendo ter a impressão ampliada, de forma a dar autonomia aos usuários com deficiência visual.

Para um atendimento eficiente deve ser instalado no computador com kit multimídia, um sintetizador de voz, teclado falado ou em Braille e softwares utilitários que auxiliam na pesquisa. Alguns exemplos de softwares que auxiliam como sintetizador de voz é o DOSVOX com o auxílio de um scanner de mesa que faz o reconhecimento ótico de caracteres que foram salvos no computador e serão lidos pelo programa na Língua Portuguesa. O treinamento com o usuário levará apenas uma hora. Atualmente o programa mais utilizado é o NVDA (NON VISUAL DESKTOP ACCESS), leitor de tela livre.

²⁴ O Sistema Bliss de comunicação é um sistema suplementar e/ou alternativo de comunicação, constituindo-se em um sistema simbólico gráfico visual. PCS- Picture communication Symbols, recursos de comunicação, são desenhos simples e claros.

²⁵ DAISY-(Digital Accessible Information System) – Sistema de informação digital acessível – é um sistema de livros digitais sonoros que tem como objetivo ajudar deficientes visuais ou qualquer outra pessoa.

Outros programas que se destacam são: Duxbury DBT (software de tradução em Braille) é utilizado para a criação de texto, tais como: livros, documentos, cartas e outros, deixando de lado as regras complexas de formatação Braille. TGD (Tactile Graphics Designer) é um software pedagógico usado para gerar figuras ou gráficos em Braille, convertendo as imagens em vários formatos para o sistema Braille. Segue alguns instrumentos utilizados para acessibilidade informacional de cegos:

Figura 2- Máquina Perkins Braille

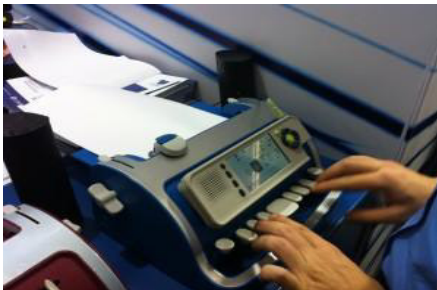


Figura 3- Reglete



Fonte: Tecnovisão: **produtos de tecnologia assistiva**. Curitiba. Disponível em: <<https://www.tecnovisão.net>.>

Esta Máquina Smart Braille Perkins, (Figura 2), possui alta tecnologia, retorno visual e de áudio para auxiliar no aprendizado do Braille. Muito usada pelos alunos e professores para aprender Braille. Existe também um sistema gratuito na internet, um leitor de tela que se pode baixar e que pode auxiliar na pesquisa através das bibliotecas digitais tipo a VISIONVOX, pode-se fazer download de livros em áudios e há a biblioteca digital DORINATECA que permite baixar livros.

Além dessas ferramentas, para os cegos, existem outros instrumentos que auxiliam na transcrição em Braille e na digitação no computador. Tais como: o Reglete (Figura 3) que é utilizado para escrever em Braille com ajuda de uma punção, que seria um objeto de madeira ou plástico redondo com um ferro de ponta utilizado para perfurar o papel; Sorobã, utilizado para fazer cálculos matemáticos, mouse adaptado e teclado colmeia, utilizado para separar as letras na hora da digitação etc.

Enfim, são 11 categorias das Tecnologias assistivas descritas por Sartoretto (2017), expostas no quadro 3.

Quadro 3 – Categorias das Tecnologias Assistivas

1. Auxílios para a vida diária	Materiais e produtos para auxílio em tarefas rotineiras tais como: comer, cozinhar, vestir-se, tomar banho e executar necessidades pessoais, manutenção da casa etc.
2. Comunicação Aumentativa e Alternativa	Recursos, eletrônicos ou não, que permitem a comunicação expressiva e receptiva das pessoas sem a fala ou com limitações dela. São muito utilizadas as pranchas de comunicação com os símbolos PCS ou Bliss

(CAA)	além de vocalizadores e softwares dedicados para este fim.
3. Recursos de Acessibilidade ao computador	Equipamentos de entrada e saída (síntese de voz, Braille), auxílios alternativos de acesso (ponteiras de cabeça, de luz), teclados modificados ou alternativos, acionadores, softwares especiais (de reconhecimento de voz etc.) que permitem que as pessoas com deficiência usem o computador.
4. Sistemas de controle de ambiente	Sistemas eletrônicos que permitem às pessoas com limitações motolocomotoras controlar remotamente aparelhos eletroeletrônicos, sistemas de segurança, entre outros, localizados em seu quarto, sala, escritório, casa e arredores.
5. Projetos	Adaptações estruturais e reformas na casa e/ou ambiente de trabalho, através de rampas, elevadores, adaptações em banheiros entre outras, que retiram ou reduzem as barreiras físicas, facilitando a locomoção da pessoa com deficiência.
6. Órteses e próteses	Troca ou ajuste de partes do corpo, faltantes ou de funcionamento comprometido, por membros artificiais ou outros recursos ortopédicos (talas, apoios etc.). Inclui-se os protéticos para auxiliar nos déficits ou limitações cognitivas, como os gravadores de fitas magnética ou digital que funcionam como lembretes instantâneos.
7. Adequação postural	Adaptações para cadeira de rodas ou outro sistema de sentar visando o conforto e distribuição adequada da pressão na superfície da pele (almofadas especiais, assentos e encostos anatômicos), bem como posicionadores e contentores que propiciam maior estabilidade e postura adequada do corpo através do suporte e posicionamento de tronco/cabeça/membros.
8. Auxílios de mobilidade	Cadeiras de rodas manuais e motorizadas, bases móveis, andadores, scooters de 3 rodas e qualquer outro veículo utilizado na melhoria da mobilidade pessoal.
9. Auxílios para cegos ou com visão subnormal	Auxílios para grupos específicos que incluem lupas e lentes, Braille para equipamentos com síntese de voz, grandes telas de impressão, sistema de TV com aumento para leitura de documentos, publicações etc.
10. Auxílios para surdos ou com déficit auditivo	Auxílios que incluem vários equipamentos (infravermelho, FM), aparelhos para surdez, telefones com teclado-teletipo, sistemas com alerta tátil-visual, entre outros.
11. Adaptações em veículos	Acessórios e adaptações que possibilitam a condução do veículo, elevadores para cadeiras de rodas, camionetas modificadas e outros veículos automotores usados no transporte pessoal.

Fonte: SARTORETTO; BERSCH, (2017)

Os recursos que as tecnologias assistivas oferecem variam de acordo com as necessidades de cada um, desde uma simples bengala até altas tecnologias que exigem informação. Vieram para trazer mais conforto em tarefas que necessitam maior empenho e assim minimizar os impactos dolorosos de sua patologia.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção serão relatados os métodos e as técnicas utilizados na elaboração da pesquisa de campo, assim como as observações no NIBI/UFMA, para obtenção dos objetivos propostos, ou seja, investigar a política de inclusão e acessibilidade dos alunos com deficiência. Seguirão em etapas distintas: caracterização da pesquisa, universo da pesquisa, etapas da pesquisa e coletas de dados.

4.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa é de caráter exploratória com abordagem qualitativa, na expectativa de se chegar ao objetivo principal que é o de investigar as políticas de inclusão implementadas e o processo de acessibilidade para o ingresso e permanência dos alunos na universidade. Para tanto foi feito uma análise fundamentada em teóricos que trabalharam com essa temática. Lakatos e Marconi (2003, p.158), faz alusão sobre isso afirmando que [...]. “O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações.” Além das legislações que respaldaram melhor a pesquisa. O mesmo Lakatos e Marconi (2003, p.158), ressalta ainda que [...]. “Antes de iniciar qualquer pesquisa de campo, o primeiro passo é a análise minuciosa de todas as fontes documentais, que sirvam de suporte à investigação projetada.”

O levantamento foi realizado através da coleta de dados utilizando entrevistas semiestruturadas aplicadas a direção do NIB, do Núcleo de Acessibilidade e aplicação de questionários com questões abertas e fechadas com os alunos com deficiência. O roteiro trata dos aspectos físicos, ou seja, o deslocamento para dentro da biblioteca, o ambiente de estudo, indagações sobre as políticas de acessibilidade e inclusão.

A entrevista foi para facilitar o aprofundamento da pesquisa, visando conhecer a realidade dos fatos. O roteiro das entrevistas compreende de 10 questões semiestruturadas, para dar oportunidades aos entrevistados de expressar-se e com isso averiguar o que se passa, como os alunos estão se sentindo em relação a inclusão no espaço acadêmico, o que consideram barreiras e desafios para a acessibilidades em relação as bibliotecas. E também como estão sendo implementadas as políticas públicas de acessibilidade, os serviços e produtos oferecidos.

Foram realizadas as visitas nos setores da direção do NIB, do Núcleo de Acessibilidade e nas bibliotecas para agendamento das entrevistas com as bibliotecárias. Os dados obtidos foram transcritos para análise da pesquisa exploratória visando obter linhas

gerais acerca do objeto. E a análise foi realizada baseada na observação e a partir de parâmetros estabelecidos pela ABNT 9050/15.

Após a coleta e a transcrição dos dados, passou-se a análise e organização dos textos visando contextualizar o assunto pesquisado e evidenciar como de fato ocorre a inclusão e acessibilidade no NIB/UFMA.

4.2 Universo da pesquisa

O universo pesquisado foi constituído pelos seguintes sujeitos, tais como: gestores do NIB e do Núcleo de Acessibilidade, bibliotecários do NIB, e alunos com deficiência da UFMA, por isso descreve-se a seguir o perfil da Instituição que foi investigada.

e) Caracterização do Campo (UFMA)

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) foi fundada em 1953, situada na Av. dos Portugueses s/n Campus Universitário do Bacanga, na cidade de São Luís. Faz parte da rede pública, abrange os seguintes cursos: cursos de graduação, cursos de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino; cursos de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino. Na esfera superior de educação são oferecidas mais do que as bases do conhecimento, tem-se em vista a formação e disseminação do conhecimento, o desenvolvimento do saber científico, sem perder de foco a busca pela criação e efetivação de melhorias sociais.

Com mais de cinco décadas de existência a UFMA tem contribuído, de forma significativa, para o desenvolvimento do Estado do Maranhão, formando profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, empreendendo pesquisas voltadas aos principais problemas do Estado e da região, desenvolvendo atividades de extensão abrangendo ações de organização social de produção e inovações tecnológicas, de capacitação de recursos humanos e de valorização da cultura (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2019).

Nestes últimos anos a UFMA passou por processos de adaptações estruturais muito grandes. Foram reformados todos os banheiros, onde em cada bloco existem reservados para os deficientes físicos com cadeira de rodas, foram também construídas várias rampas para acesso às salas de aulas, ao refeitório, à biblioteca, os departamentos e à área de convivência. Quanto às estratégias pedagógicas foi incluídos profissionais de apoio para a tradução da língua ao sistema Braille para os cegos e no currículo foi incluída a Libras para os surdos,

enquanto para os cadeirantes não existe nenhuma adaptação curricular, dependendo do caso e da necessidade os gestores podem fazer uma avaliação diferenciada. No aspecto jurídico existem várias lacunas ainda pendentes. Os profissionais não são suficientes para cobrir tantas demandas.

A UFMA aderiu ao sistema de cotas²⁶ desde 2012, sendo assim oferece 50% de vagas para alunos de escola pública, negros, índios e pessoas com deficiência. A comunidade discente com deficiência nesta universidade está em torno de 392 alunos, de acordo com os dados informados no Núcleo de Acessibilidade, mas estima-se que esse número aumente conforme a abertura política de governo em pró- inclusão.

Além dos alunos, a Universidade oferece vagas para trabalhadores com deficiência que ocupam cargos nas Pró-Reitorias, a saber: 02 com baixa visão; 01 deficiente físico; 01 cadeirante; 01 com deficiência visual e auditiva (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2018).

Tabela 1: Alunos assistidos pelo Núcleo de Acessibilidade

ALUNOS(AS) COM DEFICIÊNCIA ATENDIDOS (AS) PELO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE					
TIPOS	CCH	CCET	CCBS	CCSO	TOTAL
DEFICIÊNCIA AUDITIVA	01	09	08	05	23
DEFICIÊNCIA FÍSICA: SEQUELA -Ausência de membro -Paralisia cerebral	26	35	29	67	157
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	01	03	01	01	06
DEFICIÊNCIA VISUAL:	20	22	25	33	100
-Cego	06	-	01	08	15
-Baixa visão	07	04	09	12	32
-Monocular	07	18	15	12	52
NEUROLÓGICO/PSIQUIÁTRICO	-	04	-	-	04
TEA (AUTISTA)	-	01	-	02	03
MÚLTIPLA DEFICIÊNCIA	-	-	-	-	-
TOTAL					392

Fonte: Elaborado pelo Núcleo de Acessibilidade/ UFMA (2018)

²⁶Lei de Cotas 12.711/12

4.3 Etapas da Pesquisa

As etapas adotadas para se alcançar os objetivos propostos são:

- a) pesquisa bibliográfica que subsidiou o referencial teórico, pesquisa documental, resoluções, leis, decretos, programas de apoio as políticas de inclusão e acessibilidade no ensino superior para analisar a temática;
- b) elaboração do roteiro das entrevistas semiestruturadas aos chefes do NIB e Núcleo de Acessibilidade e bibliotecárias do NIB;
- c) elaboração do roteiro do questionário aberto e fechado aplicado aos alunos com deficiência da UFMA.
- d) envio da carta de apresentação para permissão da entrevista com o gestor do Núcleo de Acessibilidade;
- e) agendamento das visitas e entrevistas com os gestores;
- f) observações *in loco* nas bibliotecas.
- g) entrevista semiestruturada com o gestor das bibliotecas;
- h) entrevista semiestruturada com as bibliotecárias do NIB/UFMA;
- i) aplicação do questionário aberto e fechado aos alunos com deficiência;
- j) análise de dados das observações com base na NBR9050 (ABNT/2015)

A etapa (a) visa buscar fundamentação teórica bibliográfica e documental para buscar analisar o processo de inclusão e acessibilidade no ensino superior.

A etapa (b, c) visam formular questões para obtenção de informações no que concerne a inclusão de alunos com deficiência e acessibilidade no NIB, através das entrevistas, aplicações de questionários e observações *in loco*.

A etapa (d) visa atender às normativas relativa a pesquisa.

A etapa (e, f) visa obter informações para alcançar o primeiro objetivo específico que é investigar as políticas de apoio a inclusão e acessibilidade dos alunos no NIB/UFMA.

As etapas (g, h, i) visa alcançar o segundo, o terceiro e o quarto objetivo específico que são: verificar a política de acessibilidade voltada as bibliotecas, identificar as ações dos profissionais para aplicar na biblioteca a política de inclusão e acessibilidade, evidenciar a satisfação dos alunos com deficiência com a política implantada.

A etapa (j) pretende realizar a análise dos dados observados *in loco* e das fundamentações provenientes das entrevistas por meio do percurso metodológico que facilitou as interpretações, dando resposta a problemática da pesquisa.

4.4 Coleta de dados

Essa etapa da pesquisa é a interação do pesquisador com a problemática da pesquisa. A realidade dos fatos com a teoria. As ações foram constituídas da seguinte forma:

- f) informações gerais dos documentos necessários para a visita *in loco*;
- g) contato inicial com os gestores e bibliotecários para exposição da pesquisa, agendamento da entrevista semiestruturada;
- h) organização do roteiro da entrevistas *in loco*;
- i) visitas às bibliotecas, para observação *in loco*, realizada no mês de setembro de 2018;
- j) entrevista com o gestor da biblioteca, na sala do setor administrativo e com a diretora do Núcleo de Acessibilidade, na sala da direção do Núcleo, com duração de 30 minutos cada; (Apêndice A e B)
- k) entrevista com as demais bibliotecárias realizadas nas bibliotecas setoriais com duração de 20 minutos; (Apêndice C)
- l) aplicação de questionários com os alunos com deficiência em vários setores da UFMA, nos cursos, nos corredores, nas bibliotecas com duração de 15 minutos. (Apêndice D)

A coleta teve início em setembro de 2018, após a emissão da carta de apresentação pela coordenação do curso, conforme requerida pelos setores como exigência para as investigações. Em seguida foi agendada as entrevistas com a diretora do NIB, a diretora do Núcleo de Acessibilidade e as bibliotecárias do NIB.

Com a entrevista foi possível coletar as informações necessárias para realizar esta pesquisa. A realização das visitas nas bibliotecas e as entrevistas com os gestores e bibliotecários ocorreram no período de 15-30 de setembro de 2018. As informações foram registradas em roteiro conforme modelo no apêndice (A, B, C). Quanto ao teor das entrevistas estão classificadas em cinco categorias: política de inclusão, acessibilidade arquitetônica, acessibilidade informacional, acessibilidade atitudinal, produtos e serviços.

Após as entrevistas com os gestores, iniciou-se a aplicação do questionário com os alunos nos vários cursos no período de outubro a novembro de 2018. A escolha dos alunos foi aleatória, conforme surgia oportunidade de encontrá-los nos setores da universidade (UFMA). As entrevistas foram realizadas em clima de colaboração e cordialidade.

Com o término das entrevistas, foram organizadas e analisadas os conteúdos para depois serem transcritos conforme os objetivos desta pesquisa.

5 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO NIB/UFMA: resultados

Após a coleta os dados, segue os resultados da pesquisa, com suas análises e interpretações obtidas das relações entre as variáveis, baseado na abordagem qualitativa e quantitativa da seguinte maneira:

- a) transcrição e análise dos dados obtidos na observação direta e na entrevista com os depoimentos dos: gestores do NIB/UFMA e do Núcleo de Acessibilidade, bibliotecárias (Apêndice A, B e C);
- b) transcrição do questionário aplicado aos alunos com deficiência (Apêndice D), identificando os aspectos essenciais para a pesquisa.
- c) análise dos dados obtidos.

Os resultados obtidos foram de acordo com os objetivos propostos e delineados no início desta pesquisa, ou seja, investigar as políticas educacionais de inclusão e de acessibilidade de alunos com deficiência no NIB da UFMA em São Luís.

5.1 Perspectiva do Núcleo de Acessibilidade

- a) Dados referente ao Núcleo de Acessibilidade

No período em que a universidade aderiu ao sistema de cotas ainda não havia uma estrutura arquitetônica e nem políticas para o atendimento especial. Por isso, foi necessário providenciar a criação de um núcleo que trabalhasse nesse sentido garantindo maior acessibilidade e inclusão conforme às normas estabelecidas pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC)²⁷.

Assim, em 17 de dezembro de 2009 foi aprovado pela Resolução nº 121 do CONSUN²⁸ a criação do Núcleo Pró-Acessibilidade e Permanência de Pessoas com Deficiência a Educação. Atualmente o Núcleo de Acessibilidade é vinculado à Pró-Reitoria de Ensino da Universidade Federal do Maranhão, gestado por uma diretora que foi nomeada pelo Reitor.

Este núcleo foi criado, segundo informa o artigo 3 da Resolução nº121 de 2009, com a finalidade de “garantir o acesso, o ingresso e a permanência de pessoas com deficiência na universidade através de seu suporte técnico e atendimento especializado”.

Uma das iniciativas tomadas pelo núcleo foi: aquisição de equipamentos (impressoras braille, computadores com serviço Ledor, lupas eletrônicas e gravadores de áudio etc), além

²⁷ Uma das primeiras iniciativas do MEC foi uma circular n.277/MEC/GM/(BRASIL, 1996), requerendo aos reitores das universidades a adotarem uma política de acesso aos alunos com deficiência.

²⁸ CONSUN- Conselho Universitário, que é o órgão superior normativo e deliberativo

de incentivar a adequação da estrutura arquitetônica, inclusive construção de rampas de acesso, piso tátil, banheiros acessíveis, contratação de pessoas especializadas como tradutores e intérpretes; outra iniciativa são tecnologias assistivas, para pessoas com deficiência física e baixa visão, etc.

Paralelo ao Núcleo, existe também a sala de acessibilidade no CCH, Bloco 1, sala 6 que assiste os alunos com deficiência visual e a Comissão de Acessibilidade situado no CCSO. A sala de Acessibilidade do CCH é constituída de computador com serviço Ledor, máquina de Braille, lupa eletrônica de mesa, impressora de Braille.

Conforme informado pelo técnico da sala do CCH, cada aluno recebeu da UFMA um notebook com leitor de tela e gravador de voz para auxiliar nas atividades. Quando o aluno necessita da tradução do texto impresso recorre à sala de acessibilidade. No final do curso os notebooks deverão ser devolvidos em bom estado. Segue alguns instrumentos de tecnologia assistiva utilizados pelos alunos na sala de acessibilidade, fotografias 1 e 2.

Fotografia 1: Impressora de Braille



Fonte: Foto registrada pela autora (2018)

Fotografia 2: Computador com Serviço Ledor



Fonte: Fotografia registrada pela autora

b) Transcrição da entrevista com a diretora realizada no Núcleo de Acessibilidade

Na entrevista aplicada com a diretora do Núcleo de Acessibilidade foram obtidas as seguintes respostas: quando se questionou sobre a finalidade do Núcleo e qual resolução, a diretora afirmou que o núcleo foi criado mediante a Resolução 121 de 2009, com a finalidade de atender as pessoas com deficiências que são incluídas no ensino superior. E ela complementou que atualmente foram matriculados 392 alunos e que o atendimento é realizado conforme a demanda.

Indagada sobre quais providências a Instituição vem tomando para atender essas pessoas no que concerne tanto ao atendimento especializado quanto à parte de engenharia arquitetônica, obteve-se a seguinte resposta: “Na parte da engenharia foi construído piso tátil nos corredores e calçadas da universidade para uso do cego, mas ainda falta o guarda corpo, ou seja, o guia.” Paralelo a isso estão sendo colocadas placas de indicação em Braille nas

portas dos setores, nas salas de aulas, departamentos e coordenações. Para o atendimento especializado o Núcleo conta com onze intérpretes de libras e um transcritor de Braille.

Interpelada se o Núcleo estabelece parceria com outro órgão, tipo biblioteca para desenvolver seu trabalho, a resposta obtida foi “Não”, e que até o momento conta só com uma equipe de trabalho constituída de: uma assistente social, uma psicóloga, um técnico administrativo, um auxiliar, os onze intérpretes de libras e um transcritor de braille.

Interrogada sobre os equipamentos que o Núcleo dispõe para atender os alunos cegos, obteve-se a seguinte resposta: “impressora Braille, computadores com serviço Ledor, lupas eletrônicas e gravadores de áudio, além de materiais tais como: textos com letras ampliadas de acordo com a fonte que o usuário com baixa visão consiga ler.”

Questionada se o Núcleo oferece treinamentos para os bibliotecários, como por exemplo cursos de libras, teve-se o seguinte resultado: “ainda não, mas a Divisão de Qualidade de Vida oferece a cada início de semestre esse treinamento.”

Quando se perguntou se existem projetos ou políticas públicas voltadas para melhorar o acesso e a permanência de pessoas com deficiência na universidade, foi respondido que “o acesso depende exclusivamente das cotas. Quanto a permanência, respeita-se a Lei Brasileira de Inclusão que permite acrescentar 50% do tempo tanto na sala de aula quanto no prazo de conclusão.” Esta não depende só do núcleo, mas de toda a conjuntura da instituição, eliminando preconceitos e contribuindo para uma boa formação intelectual do de s alunos.

Ao se indagar se o Núcleo tem levantado debates ou participado em discussões que tratam a temática de inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência na universidade, a resposta foi afirmativa, mas somente no que diz respeito em levantar e suscitar as discussões sobre a temática da inclusão. Porém, não foi possível ainda realizar eventos. O Núcleo manifesta-se quando convidado a falar do trabalho realizado em prol da acessibilidade.

Nesta entrevista com a direção ficou muito claro que o Núcleo não trabalha com autonomia, ou seja, depende de um órgão superior para liberar recursos a fim de realizar as melhorias que necessitam, como também nem podem contratar profissionais para atender as demandas. Todo atendimento é realizado no local segundo a demanda dos alunos. Assim também não consegue realizar eventos e nem fazer treinamentos em bibliotecas sem apoio da Reitoria. A parceria com a biblioteca é feita quando solicitado um intérprete de libras. Quanto aos cegos, são atendidos no local com os equipamentos que possuem.

5.2 Perspectiva do gestor do NIB/UFMA

O NIB é constituído de uma rede de bibliotecas, atuam como apoio às atividades curriculares dos cursos e dos setores que atendem a universidade. Deste modo segue o perfil de cada setor com as respectivas entrevistas.

a) Dados referente ao Núcleo Integrado de Bibliotecas da UFMA (NIB)

O NIB tem como objetivo “dar apoio às atividades universitárias de ensino, pesquisa e de extensão prestando serviço de informação acadêmica.” E tem como missão “promover o acesso ao conhecimento através da preservação, recuperação e difusão da informação, oferecendo suporte ao ensino, pesquisa e extensão”. Tem como visão “ser referência quanto à recuperação, atualização e eficácia da informação especializada, visando estabelecer um vínculo eficaz com os usuários e a permanência de pesquisadores, contribuindo assim, com o progresso do estudo acadêmico e tecnológico”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2019).²⁹

b) Transcrição da entrevista realizada com a diretora do NIB

No diálogo feito com a diretora do NIB foi colocada a seguinte pergunta: Existe espaço de acessibilidade? Teve-se como resposta que, existe desde 2010, a partir da implantação das Políticas Nacionais para integração das pessoas com deficiência nas universidades.

Ao questionar-se quantas pessoas atuam neste setor, respondeu que todos os bibliotecários e servidores do setor de referência, isto é, os bibliotecários, servidores e bolsistas sob supervisão de um bibliotecário. E sobre quais deficientes normalmente frequentam, estão os alunos com deficiência visual, baixa visão e surdos.

Indagando se o setor tem investido para o bom atendimento a esses usuários, a resposta foi sim. Por meio de cursos de capacitação solicitados à Pró-reitora - (Recursos Humanos). Quanto à política de acessibilidade segue-se a Política Nacional.

Quando se perguntou se existem políticas públicas para a biblioteca melhorar seu atendimento às pessoas com deficiência, a resposta foi sim, destacando o Programa INCLUIR: Acessibilidade na Educação Superior.

A respeito dos recursos, se há o suficiente para a biblioteca investir em melhorias de acessibilidade, obteve-se a seguinte resposta: na verdade há recursos, mas eles estão sob a responsabilidade do Núcleo de Acessibilidade. Contudo já existe na biblioteca a implantação do Serviço Ledor para atendimento dos usuários cegos e com baixa visão; além de outros

²⁹ Informações retiradas do site www.ufma.gov.br/nib/histórico

equipamentos de tecnologia assistiva, tais como: a Lupa eletrônica. Vale destacar o Programa (Non Visual Desktop Access) NVDA, que é um leitor de tela.

Observou-se que, conforme a fala da diretora do NIB, as coisas estão sendo feitas da melhor maneira possível. Mas, ao se verificar ainda não é suficiente, pois o atendimento na Biblioteca Central a esses usuários é pouco eficiente.

c) Dados referente a Biblioteca Central

Coordena e centraliza todos os processos técnicos do núcleo de bibliotecas da UFMA. Possui uma área específica para atendimento, leituras, salas de estudos em grupo, espaço para eventos, sala de recuperação de livros, além da área reservada ao acervo de livros, periódicos e materiais especiais. O acesso ao prédio da Biblioteca Central (BC) está dotado de rampas para cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção, bem como de trilhas sinalizadoras para deficientes visuais, medidas de inclusão que facilitam o trânsito para as pessoas com deficiência.

A Biblioteca Central conta com diferentes acervos, tais como: livros, periódicos nacionais e internacionais especializados e gerais. O acervo é constituído de obras de referência (Dicionários, Atlas, Enciclopédias, Guias etc). Conta também com computadores no balcão de empréstimo, para a realização do processamento técnico e para busca.

O seu quadro de pessoal é composto pelo diretor, secretárias, bibliotecários, auxiliares, técnicos administrativos e bolsistas. Os serviços oferecidos pelo bibliotecário de plantão e auxiliares são: a localização de documentos, catálogos e periódicos etc. consulta a banco de dados e documentos eletrônicos para deficientes visual, consulta local; empréstimo com prazo de devolução de 15 dias.

d) Dados referentes as Bibliotecas Setoriais

As bibliotecas setoriais são um órgão integrante da Universidade Federal do Maranhão e compõem o Sistema de Bibliotecas da Universidade. Atuam como Unidade de Informação complementar às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade. Subordinam-se administrativamente à UFMA, e tecnicamente à Biblioteca Central.

Atualmente o Sistema de Biblioteca (NIB) da UFMA, em S.Luís/Ma, conta com a Biblioteca Central e as bibliotecas Setoriais localizadas nas várias unidades acadêmicas a seguir: Biblioteca do Centro de Ciências Exatas e Tecnológica (CCET), Biblioteca de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Biblioteca de Enfermagem, Biblioteca do LABOHIDRO, Biblioteca de Medicina, Biblioteca de Pós-Graduação em Saúde e Meio ambiente, Biblioteca de Pós-Graduação em Direito, Biblioteca de Turismo e Hotelaria, Biblioteca do CCSO,

Biblioteca do CCH, Biblioteca do Hospital Universitário, Biblioteca do Colégio Universitário (COLUN). Destas treze bibliotecas foram escolhidas a central e duas setoriais, ou seja, a biblioteca do CCET e a Biblioteca do CCH, como campo de pesquisa.

Para a entrevista, escolheu-se essas duas bibliotecas do (CCET e do CCH) pois são as mais frequentadas pelas as pessoas com deficiência, visto que, ficaria inviável analisar todas, até porque nem todas são dotadas de política de acessibilidade.

A Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Exatas e Tecnológica (CCET) presta serviços de informação e documentação à comunidade acadêmica da universidade nas áreas de Ciências Exatas e Tecnologias.

Localizada no térreo do CCET possui o setor de referência, o setor de empréstimo e devoluções, oferece dois salões de leitura, oito salas de estudos para grupos, uma sala para a bibliotecária, um banheiro para pessoas com deficiência (fica trancado), possui espaço físico padrões de 90/50m entre as cadeiras e de 90/50m entre as estantes de modo que possa passar uma cadeira de roda e voltar, e o ambiente é climatizado.

As instalações físicas possuem muitas falhas, um setor interfere no perfeito funcionamento do outro. Falhas que são perceptíveis na entrada da biblioteca. Exemplo disso é o salão de leitura que possui pouca mobília e o ambiente é inapropriado para leitura, estudo, pois, o espaço é pequeno para a grande demanda de usuários. As salas de estudo são muitas das vezes utilizadas por somente uma ou duas pessoas. A iluminação não é favorável.

A Biblioteca Setorial de Artes localizada no Centro de Ciências Humanas é uma biblioteca nova, possui o setor de referência, com balcão adaptado para cadeirantes, com espaço amplo; o setor de empréstimo e devoluções oferece três salões de leituras, sendo dois para leituras individuais, e um maior para grupos. Uma sala para bibliotecária, possui espaço físico padrões de 90/50m entre as cadeiras e de 90/50m entre as estantes de modo que possa passar uma cadeira de roda e voltar, e o ambiente é climatizado. O acervo é comum para todos, não é adaptado para cegos ou baixa visão.

e) Transcrição da entrevista realizada com as bibliotecárias do NIB

Na entrevista aplicada às duas bibliotecárias das setoriais (BS) do CCET e do CCH e com as duas da Biblioteca Central (BC) foram obtidas as seguintes respostas:

Na questão relacionada ao profissional, como as bibliotecárias, se estão preparadas para lidar com a pessoa deficiente, todas foram unânimes em responder “não”. Pois não tiveram treinamento suficiente para esse atendimento.

Em relação a concepção que se tem de inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência, todas relacionaram os dois termos como um consequência do outro, pois a acessibilidade é vista como um processo de inclusão social. Considerando que o deficiente é inserido em todos os espaços e usufrui de todos os serviços e produtos, com atendimento especializado. Todas deixaram claro que é um direito de ir e vir; de dar condições para que as pessoas com deficiência usufruam dos benefícios que são comuns para todos.

Quando questionadas quais ações têm realizado a Biblioteca para promover a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência, duas bibliotecárias da BC disseram que fizeram um rápido curso de libras e que foram separadas duas salas com o Serviço Ledor para o atendimento dos usuários cegos ou com baixa visão.

Interpeladas se a Biblioteca está nas redes sociais com objetivo de inclusão social, todas responderam que “sim”. Outra questão foi se existem treinamentos para bibliotecárias para o atendimento especializado, disseram todas que “não”. Com exceção de cursos com pouca duração. Ao perguntar se há presença de intérpretes de Libras na biblioteca, as duas BS disseram que “não”. Apenas a BC afirmou que “sim” mediante solicitação ao Núcleo de Acessibilidade. Quando se indagou a Biblioteca dispõe de acervo adaptado para os cegos, as duas BS responderam que “não”, somente a BC respondeu “sim”.

Ao questionar se a Biblioteca está preparada para atender todos os deficientes, sejam cegos, surdos, cadeirantes ou com deficiência múltipla, em unanimidade responderam “não”.

O que a Biblioteca dispõe no seu espaço: placas de sinalização que orientam os cegos, programa de voz, computador com Serviço Ledor, lupa eletrônica, cabine adaptada para cadeirante, balcão de referência rebaixado para atender cadeirantes.

Durante a entrevista com as bibliotecárias se pode observar que todas não tinham preparação para lidar com pessoas com deficiência visuais e auditiva. Entretanto, demonstraram grande interesse em receber treinamentos para esse atendimento.

Foi interessante verificar nesta pesquisa que as quatro bibliotecárias entrevistadas são unânimes em afirmar que a biblioteca não está preparada para atender pessoas com deficiência, pelo visto não é apenas uma questão de acessibilidade ou de estruturas arquitetônicas, ainda que esse aspecto seja muito falho em algumas bibliotecas setoriais. O problema é mais interno, é institucional. A UFMA é uma instituição que já teve como lema “Universidade que cresce em inclusão”, todavia, hoje se percebe o quanto falta ainda para alcançar maior eficiência.

No que diz respeito às bibliotecárias, a maioria não se sente preparada para atender pessoas com deficiência. Isso se dá pelo fato de não possuírem no seu currículo nenhuma

capacitação para atender principalmente pessoas surdas. Os cursos oferecidos foram de curta duração e não foram dados pelo Núcleo de Apoio, de acessibilidade, mas por um projeto.

O Manual da IFLA(2000)³⁰ argumenta que os profissionais da informação, ou seja, os bibliotecários tenham uma habilitação em Libras, para ajudar o acesso das pessoas surdas. Mas parece que o Curso de Biblioteconomia até o momento não o incluiu na sua grade curricular. Porém, no final do período de 2018 foi anunciado que será incluído na matriz curricular, juntamente com outra disciplina opcional de acessibilidade à biblioteca neste ano de 2019.

5.3 Perspectivas dos alunos com deficiência da UFMA

Foram aplicados questionários aos alunos com deficiência a fim de entender suas necessidades e investigar sua satisfação quanto ao atendimento nas bibliotecas do NIB, no que se refere à acessibilidade. Foram escolhidos quinze alunos como escolha aleatória.

Além disso, foi oportuno encontrá-los nas bibliotecas no momento da pesquisa e verificar de que forma são atendidos, e perceber o grau de dificuldade como usuário. Muitos deles foram abordados pelos corredores antes das aulas ou depois, e assim pôde-se constatar como lidam com acessibilidade dos prédios.

f) Transcrição das respostas ao questionário aplicado aos alunos (Apêndice D)

Quanto às questões referidas, obtiveram-se as seguintes respostas: 80% dos alunos entraram na universidade na faixa etária de 20 a 30 anos, e 20% entraram na faixa etária de 31 a 40 pois encontraram dificuldades no ENEM e no acesso à universidade por conta da burocracia, ou seja, questões comprobatórias e obrigatórias na hora da matrícula.

Segundo a pergunta de qual curso e qual período frequentam, se verificou que muitos já estão no 4º, 5º, 6º, 7º e até 8º período. Em cursos como: Artes Visuais, Biblioteconomia, Farmácia, Letras, Teatro, Ciência e Tecnologia etc.

Quando se questionou se em algum momento tiveram vontade de se evadir do curso, 80% disseram que não, pois era um sonho chegar ao curso superior e que são certos de conseguir concluir; 10% disseram que sim por falta de acessibilidade, 8% por cansaço, muita atividade, prazo curto para entregar os trabalhos, 1% por ter adquirido doença durante o curso, 1% por causa da incompreensão dos professores.

A respeito dos produtos e serviços mais utilizados nas bibliotecas foram descritos segundo necessidades e possibilidades: 50% empréstimo, 20% impressão, 10% xerox, 10% reservas. 10% responderam nenhum. As impressões são feitas junto ao NUACES.

³⁰Manifesto IFLA/UNESCO para Biblioteca escolar- 2000

Quanto à frequência, são variadas as respostas: uma vez na semana, duas vezes na semana, raramente e ou não frequente. Sendo que, 10% afirmaram que não frequentam a biblioteca com assiduidade pela dificuldade de mobilidade, e 5% não frequentam por não encontrar na biblioteca um atendimento especializado, 5% encontram dificuldades com o acervo e computadores e nem sempre há um profissional para ajudá-los. Por isso desistiram de frequentar esses ambientes. Somando um total de 20% que não frequentam e 80% sim.

O questionário aplicado aos alunos foi realizado com fins de compreender como está sendo o grau de satisfação no que concerne a sua relação com a comunidade acadêmica, com os gestores, pessoal das bibliotecas em que frequentam e com Núcleo de Acessibilidade.

Assim sendo, 80% é parcialmente satisfeito, 10% é plenamente satisfeito e 10% é insatisfeito. Isso demonstra a pouca participação dos alunos nas ações em que eles são os autores. Não estão tendo retorno plenamente dos benefícios que tanto desejam. Mazzota (2005, p.65 apud COSTA; DUARTE, 2017, p.167), ressalta que,

reconhecer a importância da participação das PcD no planejamento e na execução dos serviços, produtos e recursos que são destinados a esse público é imprescindível para que possamos ter uma sociedade democrática e inclusiva em todos os seus espaços, efetivando assim na prática o que a legislação brasileira orienta.

Foi desconcertante observar as respostas dos alunos que não são totalmente satisfeitos com os serviços e recursos oferecidos pela Biblioteca, isto denota que existe muito ainda por fazer para romper os paradigmas que continuam mostrando tudo perfeito. Será que na verdade são seguidos os padrões de acessibilidade exigidos pela Legislação? Convoca-se a presença de alunos com deficiência nas reuniões pró-acessibilidade para conhecer os seus anseios na luta por iguais oportunidades?

Sabe-se que a formação do aluno perpassa pela tríade: ensino, pesquisa e extensão, onde o fazer pesquisa é a busca pelas fontes de informação, por isso é fundamental que a biblioteca seja devidamente equipada e tenha profissionais preparados para um atendimento especializado.

Nos questionários aplicados aos alunos com deficiência, a falta de frequência na biblioteca foi alegada justamente por conta do atendimento e o acervo não adaptado às suas limitações.

As Diretrizes da IFLA (2002)³¹ enfatizam a importância das tecnologias e que as unidades de informações devem lançar mãos das ferramentas que podem auxiliar tanto na divulgação de seus serviços como na comunicação com os deficientes auditivos.

³¹Diretrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares, 2002. Versão em português. <http://www.ifla.org/VII/S11/pubbs/portug.pdf>.

Como a universidade aderiu obrigatoriamente à nova Lei de Inclusão e Acessibilidade, deveria investir mais para atender bem a todos sem distinção. Dessa maneira as PcD se sentiriam parte integrante do corpo discente da instituição e buscariam melhor participar da vida acadêmica e diminuiriam a evasão.

É de suma necessidade que haja no setor de referência um intérprete de Libras e com outras habilidades para receber essas pessoas de maneira a contribuir para diminuir essa barreira que impede uma boa comunicação. Pois, a falta desta, com certeza, afetará o bom desempenho das atividades curriculares desses alunos.

g) Análise dos dados

A análise dos dados é a última etapa de uma pesquisa e também a mais importante, pois apresenta os resultados da análise, crítica e interpretação obtidos pela coleta de dados.

O objetivo geral dessa pesquisa foi investigar as políticas educacionais de inclusão e acessibilidade de alunos com deficiência no âmbito das bibliotecas da UFMA no município de São Luís/Ma, ou seja, verificar se as políticas de inclusão e acessibilidade estão sendo implementadas pela instituição e especificamente nas bibliotecas da universidade em prol das pessoas com deficiência.

A UFMA, segundo os dados já citados pelo o Núcleo de Acessibilidade, vem crescendo consideravelmente nos últimos anos em matrículas para PcD. Desde que se iniciou o sistema de cotas, (Lei Nº12. 711/12), houve um aumento de aproximadamente de 94,31% de PcD na UFMA.³² Sendo a maioria com deficiência visual e motora. Mas, a partir de 2008 é notável o acesso de pessoas com deficiência auditiva.

Porém, é importante ressaltar que não basta oferecer vagas para essas pessoas com deficiências, é necessário também oferecer condições para sua permanência na instituição. Faz-se necessário incrementar os instrumentos de acesso e enfrentar as dificuldades estruturais, mudar atitudes dentro da instituição.

Cabe aos núcleos subsidiados pela universidade colocar à disposição as tecnologias que auxiliem os professores a repassar os conteúdos aos alunos que têm demandas específicas e contratar e treinar intérpretes de Libras para alunos surdos que não usam a língua portuguesa.

Baseado nas pesquisas se constatou que ainda é muito pouco aquilo que vem sendo realizado diante de um número significativo de alunos com deficiência, desejosos de um

³² Dado oferecido pelo DEOAC no período de 2007 a 2012.1 - informação colhida na monografia de Letycya Cristina Barbosa Vieira (2012, p.98)

espaço na sociedade para crescer culturalmente e ocupar o lugar que a eles está reservado segundo a legislação vigente.

Depois de uma análise dos documentos normativos percebe-se a importância, a riqueza, a qualidade, as responsabilidades bem definidas, as condições regulamentadas para adequações dos espaços, dos serviços, dos materiais e equipamentos desenvolvidos para este fim, os recursos e as várias possibilidades de ingressar na universidade. Tudo bem e em harmonia. Mas, o questionamento continua: de que forma se aplica nesta realidade tudo isso, todas as legislações? Contudo, nem tudo está perdido, na prática se faz algo. Mas será que é o possível para atender essa população chamada minoria, dita “prioridade” pelos órgãos públicos?

A leitura das legislações, as fontes bibliográficas, os documentos institucionais, as resoluções etc., relacionadas às informações obtidas e observações *in loco*, mostrou que estas não estão em conformidade com a realidade. A própria conversa informal denunciou as falhas e as incoerências que continuam ao longo do tempo.

Nas entrevistas foram assinaladas certas lacunas, como a falta de preparação para assistir com mais cuidados os alunos deficientes e observadas de perto tanto nas visitas às bibliotecas, ao Núcleo de Apoio, como nas entrevistas e no contato direto com os bibliotecários e com os alunos com deficiência.

Os serviços oferecidos pela instituição através de suas bibliotecas tanto a central como as setoriais são insuficientes para atender os 392 alunos com deficiência. A Biblioteca Central oferece duas salas disponíveis para os alunos com deficiência visual, nas quais uma tem os computadores com áudio e leitor de tela. Mas os alunos não têm pessoal do lado para auxiliá-los. Somente no CCH há uma sala de acessibilidade para atender os cegos com um profissional à disposição. Para os surdos não há bibliotecários com habilitação em Libras. Somente nas salas de aulas existem os intérpretes lotados pelo Curso de Letras. O Núcleo dispõe de dois intérpretes para atender todo o espaço universitário, pela manhã e pela tarde. À noite não há ninguém.

Quanto às outras deficiências físicas, como é o caso dos cadeirantes, todas as bibliotecas são providas de balcões de acessibilidade nas referências para os serviços de circulação e terminais para pesquisa.

Por isso, a acessibilidade informacional e o atendimento ao deficiente visual são insuficientes. Assim como a acessibilidade atitudinal dos bibliotecários é falha. Os bibliotecários assumem uma atitude passiva, aguardando o aparecimento do usuário

deficiente para só então resolverem o que e como fazer em relação à questão. Sem nenhuma preocupação, sem demonstrar proatividade.

São inúmeros tipos de apoio que se poder oferecer: tecnológico, material, espiritual, psicológico, moral, técnico, entre outros. Dependendo da forma e intensidade do apoio este deverá contribuir para aquisição e o desenvolvimento das habilidades. Uma biblioteca, quando bem equipada com recursos apropriados e com profissionais devidamente capacitados, já diminui bastante essas barreiras que impedem o acesso à informação e conseqüentemente ao conhecimento científico, pelo qual o aluno busca alcançar seus objetivos.

Conforme já foi citado na seção 3, algumas legislações e normas foram sancionadas para prover em favor da acessibilidade, não só adaptando instalações arquitetônicas dos prédios, mas também favorecendo um ambiente em que as PcD adquirem sua autonomia no desenvolvimento de suas atividades.

Não obstante, a instituição UFMA tem buscado oferecer algumas condições de acessibilidade, como foi relatado pelos diretores do NIB e do Núcleo de Acessibilidade, como pode ser visto na subseção 4.4, na qual se ressalta o Programa Incluir, que implementa ações que permitem a inclusão, acesso e permanência das PcD na universidade.

A tecnologia assistiva veio facilitar a vida das PcD, praticamente dar uma nova vida, restaurar aquelas pessoas que tiveram perdas irreparáveis, para recuperarem o suficiente a fim de obterem uma melhor qualidade de vida, com mais autoestima e tudo que pode proporcionar um bem estar.

Desse modo, deu-se por encerrada essa pesquisa mesmo sabendo que as demandas são bem maiores do que os resultados apurados. Resta o desejo que tudo se realize, por pouco que seja, mas bem feito, para que todas as pessoas com deficiência tenham acesso à informação a fim de contribuir para sua formação, e prepará-las como profissionais para o mercado de trabalho e assim usufruir, como todos os outros, das oportunidades que a vida oferece.

7 CONCLUSÃO

Os estudos empreendidos possibilitaram reconstruir a trajetória da educação especial a partir das concepções fundamentadas nos princípios gerais dos direitos humanos e nas políticas nacionais de educação inclusiva com ênfase no atendimento dos alunos com deficiência, com necessidades educativas e informacionais especiais.

A noção de educação inclusiva tem sido disseminada em nossa sociedade por muito tempo como associação à igualdade de direitos e à aceitação da diferença. A relação de igualdade e de oposição que se espera estabelecer não é entre igualdade e diferença, mas, entre igualdade e desigualdade.

Todavia, com o intuito de significar o direito à diferença torna-se necessário explicitar as atuais políticas inclusivas de educação que ora atendem os alunos em suas demandas específicas em nome da garantia a todos de iguais condições e oportunidades de acesso e permanência na universidade. Assim, tornou-se necessário estabelecer uma compreensão de educação inclusiva como direito de todos e responsabilidade social.

O Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para todos, criada pela UNESCO e particularmente a Declaração de Salamanca que consta como referência das diretrizes de planos e programas de atendimento educacional especializado.

Acredita-se que o ideal de uma educação de qualidade para todos, em uma sociedade que valorize a diversidade, deva ser o objetivo a ser perseguido, pois, entendemos que valorizar a diversidade é, acima de tudo, propiciar condições para que cada indivíduo desenvolva plenamente seu potencial.

Promover uma educação para todos pressupõe mudanças significativas não só no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação das condições histórica sociocultural dos alunos, mas, sobretudo nas atitudes dos educadores, dos gestores, do corpo administrativo, dos profissionais que estão direcionados para atender às necessidades informacionais dessas PcD.

Para garantir a legitimidade do processo de inclusão educacional no Brasil, considera-se todo o aparato legal expresso pela Constituição Federal. A atual LDBEN /MEC, que estabelece as diretrizes para uma política efetiva de educação inclusiva gradativa, contínua, sistemática e planejada.

Entende-se que para que a inclusão se concretize faz-se necessária uma mudança ideológica na sociedade em seus contextos de vida (família, escola e sociedade), redimensionar as diretrizes norteadoras da ação dos órgãos públicos.

Ficaram amplamente evidenciadas, nos limites da investigação empreendida, as dificuldades dos gestores e bibliotecárias para uma efetivação clara e precisa do atendimento informacional às pessoas com deficiências.

Cumprindo os objetivos do estudo específico acerca da acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência física no espaço universitário, particularmente no Campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no que concerne a suas bibliotecas, concebeu-se que a prática efetiva da acessibilidade e inclusão no ambiente universitário, perpassa o sentido de acolhimento social formal dessas pessoas, o que significa trabalhar o processo inclusivo como uma dinâmica que envolve modificações do ambiente nos aspectos arquitetônicos, organizacionais e principalmente de atitudes coerentes com textos legais referentes ao atendimento especial ao alunato com deficiências, no caso, com dificuldade de mobilidade física, visual, auditivo dentre outros.

O presente trabalho evidenciou ainda que nestas últimas décadas o ingresso dos alunos com deficiências na universidade tem sido progressivamente expandido, o que já se constitui um grande avanço.

Portanto, empreender políticas públicas se faz mais ainda necessário para que a essas pessoas seja garantido o direito de ir e vir e para que de fato a universidade cresça como dizia seu slogan em inovação e inclusão. Mas, para isso todos devem empreender, dentro de sua possibilidade, ações que extrapolem as barreiras que impedem o direito de ingresso e permanência e utilizações de todos os bens e serviços sociais necessários para que os alunos com deficiência tenham livre acesso ao conhecimento mediado pelas instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/pdf>>. Acesso em: 13 jul.2019.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Normas e Diretrizes**. v. 65, n.1, 2004. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

BAMPI, Luciana Neves da Silva; GUILHEM, Dirce; ALVES, Elioenai Donelles. O modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. **Rev.Latino.Am.Enfermagem**. Jul-agos.2010.

BORGES, Maria Guimarães. **O profissão da Informação: Somatório de formações, competências e habilidades**. In: _____. BAPTISTA, Sofia Galvão; MULLER, Suzana Pinheiro Machado (orgs.). Profissional da informação: o espaço de trabalho. Ciência da Informação, v.3. Brasília: Thesaurus, 2004. Disponível em: <<http://www.books.google.com.br>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

BISOL, Claudia Alquati; PEGORINI, Nicole Najji; VALENTINI, Carla Beatriz. Pensar a deficiência a partir dos modelos médico, social e pós-social. **Rev. Cadernos de pesquisa (PPG1)**, 2017, v.24, n.1, jan./abr.2017.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Resolução N° 2**, de 24 de fevereiro de 1981. Autoriza a concessão de dilatação de prazo de conclusão do curso de graduação aos alunos portadores de deficiência física, afecções congênitas ou adquiridas. Brasília: MEC, 1981. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. 292p.

_____. **Lei 7.853**, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio as pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional sobre a integração da Pessoa portadora de deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 1989. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/17853,htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/17853.htm)>. Acesso em: 13 jul. 2019.

_____. **Lei N° 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/18069,htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/18069.htm)>. Acesso em: 13 jul. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Portaria n° 1.793**, de 16 de dezembro de 1994a. Dispõe sobre a necessidade de completar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com PcD e dá outras providências. Disponível em:<http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_1793.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2019.

_____. **Lei 8.859**, de 23 de março de 1994b. Modifica dispositivos da Lei 6.494/77, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividade de estágio. Brasília, DF: Senado, 1994. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei_8859.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2019.

_____. Ministério de Educação e Cultura. **Circular 277**, de 8 de maio de 1996a. Brasília: Senado, 1996. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Base da Educacional Nacional: **LDBEN nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996b, 11ªed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/editora>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

_____. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro e 2000a. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei/2000/110.098.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental. **Deficiência Múltipla**. Vol.1 Brasília: MEC/SEESP, 2000b.

_____. Ministério da Educação. **Lei Nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001a. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 2001. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei/2001/110172.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

_____. **Lei 10.260**, de 12 de julho de 2001b. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do ensino superior e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/2001/110260,htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/2001/110260.htm)>. Acesso em: 13 jul. 2019.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE. n. 2**, de 11 de setembro de 2001c. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: Gráfica do Senado, 2001. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. **Lei Nº 10.436**, de 24 de Abril de 2002. Reconhece como meio legal de comunicação, a Língua de Sinais, o Libras. Lei Federal Nº 12.319/2010, regulamenta a profissão de tradutor e interprete da Língua Brasileira de Sinais. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/2002/110436,htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/2002/110436.htm)>. Acesso em: 14 jul. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 3.284**, de 7 de novembro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 11 nov. 2003. Seção 1, p. 12. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, para instruir os processos de autorização

e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, DF: Senado, 2003. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/seep/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 24 nov.2018.

_____. **Decreto nº 5.225**, de 1º de outubro de 2004a, (Revogado pelo Decreto 5.773/06) de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília, DF: Senado, 2004. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/2004/15225/htm>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

_____. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004b. Regulamenta as leis nº10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004b. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/civil/Decreto/D5296.htm>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

_____. **Lei 11.096**, de 13 de janeiro de 2005a. Institui o Programa Universidade para Todos-PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei nº 10.891/04 e dá outras providencias. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/2005/111096/htm>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

_____. **Decreto nº5.622**, de 19 de dezembro de 2005b. (Revogado pelo decreto 9.057/17). Regulamenta o art.80 da Lei Nº9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educacional nacional. Brasília, DF: Senado, 2005. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/2005/Decreto/D5622/htm>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

_____. **Decreto Nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005c. Regulamenta a Lei 10.436/02 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras, e o art. 18 da Lei Nº10.098/00. Brasília, DF: Senado, 2005c. Disponível em:< <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/decreto/2005/d5626/htm>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

_____. **Decreto nº5.773**, de 9 de maio de 2006. (Revogado pelo Decreto 9.235/17). Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília, DF: Senado, 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/decreto/2006/d5773/htm>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

_____. **Decreto nº 186**, de 9 de julho de 2008a. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Senado, 2008a. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/decreto/2008/d186/htm>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

_____. **Decreto nº6.571**, de 17 de setembro de 2008b (Revogado pelo Decreto7.611/2011). Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Brasília, DF: Senado, 2008b. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/ato2007-2010/decreto/2008/d6571/htm>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

_____. Conselho Universitário. **Resolução 121** – CONSUN, de 17 de dezembro de 2009. Aprova a criação do Núcleo Pró-acessibilidade e Permanência de Pessoas com Deficiência à Educação. São Luís: Edufma, 2009.

_____. **Decreto Nº7.612**, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano viver sem Limite. Brasília, DF: Senado, 2011. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/ato2011-2014/decreto/2011/d7612/htm>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

_____. **Lei de cota Nº12.711**, de 29 de agosto de 2012a. Dispõe sobre ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 29 de agosto 2012. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12711-29-agosto-2012-774113-norma-pl.html>>. Acesso em: 24 nov.2018.

_____. **Decreto Nº7.824**, de 11 de outubro de 2012b. Regulamenta a Lei Nº12.711, que dispõe sobre ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/decreto-7824-11-outubro-2012-774384-norma-pe.html>>. Acesso em: 24 nov.2018.

_____. **Lei 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Senado, 2015. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/ato2015-2018/113146/htm>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

_____. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência** e o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência. Brasília: Coordenadoria Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência- CORDE. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

CARVALHO, Mariza B.W.B de; BONFIM, Maria Núbia Barbosa. A Educação especial no Maranhão: apontamentos históricos. **Cadernos de Pesquisa**. São Luís, v.23, n. especial, set/dez. 2016. Disponível em: <<http://www.cl.doi.org/v.23.especial/p.116-191>>. Acesso em: 27 maio 2019.

COSTA, Michelle Karina Assunção; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. A (IN) Acessibilidade nas BiBliotecas universitárias: interação entre o bibliotecário de referência e o usuário com deficiência. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v,13, n.2, jul./ dez. 2017. p.167.

COUTINHO, Johny Franklins Pereira. Padrões de acessibilidade para Bibliotecas universitárias: um estudo na Biblioteca da UNIPBFDB. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

CURY, C.R.J. **Direito à diferença: um reconhecimento legal**. Educação em revista.Belo Horizonte, nº15, 1999. Disponível em:<http://www.escavador.com/sobre_7116374>. Acesso em 26 nov. 2018.

DIAS, Simone Lopes. **A disseminação da informação mediada por novas tecnologias e a educação do usuário na biblioteca universitária**. 2005. 139f. Dissertação (mestrado)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Campus de Marília- (Marília, SP), 2005. Disponível em: <<http://www.repositório.unesp.br/handle/11449/93708>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

DINIZ, Isabel Cristina; ALMEIDA, Ana Margarida; FURTADO, Cássia. Bibliotecas Universitárias Inclusivas: acessibilidade e oportunidades para os usuários com necessidades especiais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [s.l.], v.13, n. esp. p. 1758-1780. CBBB, 2017.

FERREIRA, Maria Mary. **Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão? transformação**. Campinas, n.18. v.2, p. 113-122, maio/ago. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/cartilha_censo_2010.pdf>. Acesso em: 27 nov.2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Manual da **IFLA/UNESCO** para Biblioteca escolares, 2000. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/S11/pubbs/portug.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Diretrizes da **IFLA/UNESCO** para Biblioteca escolares, 2002. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/S11/pubbs/portug.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

MANTOAN, Maria.T.E. Ensino Inclusão/Educação de qualidade para todos. **Revista Integração**. Brasília, nº 20, 1998. Disponível em:<<https://www.passeidireto.com/arquivo/5888228/educacao-inclusiva/32>>. Acesso em: 27 nov.2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <http://www.slishare.net.>>. Acesso em: 05 set. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre Deficiência**. Disponível em: < http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/relatório_mundial.pdf.334p.SEDPcD, 2012>. Acesso em: 10 jul. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca-Espanha: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência**, de 9 de dezembro de 1975. Serão garantidos a todas as pessoas deficientes sem nenhuma exceção e sem qualquer distinção e discriminação com base em raça, cor, religião...etc. ONU, 1975.

POKER, R.B. **Perspectivas para educação especial.** In: Seminário Internacional da Sociedade Inclusiva. Belo Horizonte/MG, Puc, 2001, 120p. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/o-educando-portador-de.../download/>>. Acesso em: 26 nov.2018.

RIBAS, Caroline Leal. **Políticas Públicas educacionais no Brasil:** a implantação, o desenvolvimento e desafios do Programa Pronatec. In: Ambito Jurídico, Rio Grande, XXI, n.170, mar 2018. Disponível em: <<http://www.ambitojuridico.com.br/site/link-revista-artigos-caderno27>>. Acesso em: 21 maio 2019.

SARTORETO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita. **O que é tecnologia assistiva?** [s.l], 2012. Disponível em: <<https://www.assistiva.com.br>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão e acessibilidade no Lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação**, S.Paulo, ano XII, mar./abr.2009, p.10-16.

SOUZA, M.N.A, de FARIAS, R.M. Bibliotecário e a competência informacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24. 2011, Alagoas, **ANAIS**, Alagoas, 2011. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riuf/10377/2011.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Pró-Reitoria de Ensino. **Histórico Institucional.** São Luís, 2018. Disponível em: <<http://www.Ufma.br>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

VIEIRA, Letycya Cristina Barbosa. **Biblioteca inclusiva: repensando políticas de acesso e inclusão para deficientes auditivos na Universidade Federal do Maranhão.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A -

ROTEIRO DE ENTREVISTA AO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE/ UFMA

1. O Núcleo de Acessibilidade foi criado com qual finalidade? Qual resolução? Que ano?
2. Atualmente quantos(as) alunos(as) com deficiência foram matriculados e em quais cursos e quais turnos?

_____ ALUNOS () mat. () Vesp. () Not.

_____ ALUNAS () mat. () Vesp. () Not.

IDADE: 18 a 25 anos ()

25 a 35 anos()

35 a 45 anos ()

45 a 55 anos ()

Acima de 55 anos ()

3. O Núcleo dispõe de assistência especializada para cada aluno com necessidades especiais?
De que forma se oferece este atendimento?

() Sim () Não

4. Quais providências a gestão institucional (UFMA) vêm tomando em favor dos alunos com deficiência, tanto no que concerne a parte de engenharia arquitetônica, como o atendimento nas salas de aulas e na biblioteca?

5. Quais políticas de inclusão fazem parte do plano diretor da UFMA?

6. O Núcleo de Acessibilidade estabelece parceria com outros órgãos para desenvolver seu trabalho?

() sim () não

Se sim quais ?

7. O Núcleo dispõe de equipamentos ou materiais apropriados para atender surdos - mudos e cegos ou pessoas com deficiências múltiplas?

() Sim () Não

Quais?

8. O Núcleo realiza treinamentos para bibliotecários ou profissionais? Disponibiliza cursos de Libras, Braille?

() Sim () Não

Outros?

9. Existem projetos ou políticas públicas voltadas para melhorar o acesso e a permanência de pessoas com deficiências na universidade?

Sim. Quais? Não. Porquê?

10. O Núcleo tem levantado debates ou participado em discussões que tratam a temática de inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência na universidade?

Sim Não

Comente:

APÊNDICE B -

ROTEIRO - ENTREVISTA REALIZADA COM A DIRETORA DO NIB

Formação: _____

Cargo: _____

1. Existe espaço de acessibilidade? quando foi criado?
2. Quantas pessoas atuam neste setor?
3. Quem são? Qual sua função?
3. Há pessoa com deficiência frequentando o setor?
() sim () não
4. Quantos normalmente frequentam? com qual tipo de deficiência?
5. O setor tem investido para um bom atendimento a esses usuários?
6. Existe uma política de acessibilidade voltada para esse público especial?
7. O que se poderia ter feito e não foi feito para um melhor atendimento a esse público-alvo? Por quê?
8. Existem políticas públicas para a biblioteca melhorar seu atendimento às pessoas com necessidades especiais?
9. Existem recursos considerados relevantes, mas até no momento não oferecidos?
() Sim. Quais?
() Não. Por quê?
10. Gostaria de fazer algum comentário sobre outro aspecto interessante não tratado nesta entrevista?

APÊNDICE C -

ROTEIRO- ENTREVISTA COM BIBLIOTECÁRIAS DO NIB

Gostaria de ter uma visão geral quanto o seu entendimento por inclusão e acessibilidade no âmbito da biblioteca desta Instituição (UFMA), para fins monográficos.

1. Você se sente preparada para lidar com pessoas com deficiências?

() Sim () Não

Por quê?

2. Como você conceitua a inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência?

3. Quais ações têm realizado a biblioteca para promover a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência?

4. A biblioteca estar nas redes sociais com o objetivo de inclusão social?

() Sim () Não

5. Existem treinamentos para bibliotecários para o atendimento especializado?

() Sim () Não

Quais?

6. Há presença de intérpretes de Libras para atender os usuários com necessidades especiais?

() Sim () Não

7. A biblioteca dispõe de um acervo adaptado também para os cegos?

() Sim () Não

8. Na sua opinião a biblioteca está preparada para atender todos os(as) alunos(as) com deficiência, sejam eles cegos, surdos, mudos, cadeirantes ou com deficiências múltiplas?

9. A Biblioteca possui no seu espaço:

() placas de sinalização que oriente os cegos ou surdos,

() calculadora falada,

() programas de voz,

() scanner,

() computador de pesquisa especial,

() cabine adaptada para cadeirante

() Máquina Braille

10. A biblioteca tem buscado adequar seu espaço para atender melhor as pessoas com deficiências? De que forma?

APÊNDICE D -

ROTEIRO - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS

1. Perfil do aluno

SEXO: () Feminino () Masculino

IDADE: () 18 a 25 anos

() 25 a 35 anos

() 35 a 45 anos

() 45 a 55 anos

() acima de 55 anos

2. Em qual curso você é matriculado?

3. Teve vontade de desistir? Por quê?

4. Que tipo de deficiência você tem?

5. Você adquiriu como?

() desde de criança

() adolescente

() adulto

() por acidente

() outros

6. Você costuma frequentar a biblioteca? Com qual frequência?

() Não frequenta

() Uma vez por semana

() duas vezes por semana

() sempre que possível

7. Em caso afirmativo, qual produto mais utiliza?

() Xerox () impressão () reservas () empréstimo

8. Quais dificuldades você encontra na biblioteca?

() Acesso às dependências

() Atendimento

() o acervo

() computadores

() Equipamentos não especiais

9. Você encontra profissionais qualificados para lhe dar atendimento adequado?

10. Você sempre encontra na biblioteca a informação que necessita?

ANEXOS